

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC BRUNO FERREIRA CHAVES CORTEZ

O ARQUIPÉLAGO DE ANDAMÃO E NICOBAR SOB A ÓTICA  
DA ESTRATÉGIA NAVAL DA ÍNDIA (2001 - 2022):

O emprego das ilhas oceânicas à luz dos conceitos teóricos de Milan N. Vego

Rio de Janeiro

2023

CC BRUNO FERREIRA CHAVES CORTEZ

O ARQUIPÉLAGO DE ANDAMÃO E NICOBAR SOB A ÓTICA  
DA ESTRATÉGIA NAVAL DA ÍNDIA (2001 - 2022):

O emprego das ilhas oceânicas à luz dos conceitos teóricos de Milan N. Vego

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Alceu Oliveira Castro Jungstedt.

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2023

## **DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR**

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

**ASSINATURA PELO GOV.BR**

**(LOCAL DA CHANCELA)**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho acadêmico à memória do meu amado irmão Alexandre, cuja presença ainda ecoa em meu coração. Sua partida deixou uma profunda lacuna em minha vida, mas sua influência e exemplo inspiradores continuam a me orientar.

## AGRADECIMENTOS

À Deus pela oportunidade de exercer o mais sublime dom da nossa existência, a vida. Agradeço por ter me guiado e me dado saúde para finalizar esse trabalho.

À minha querida esposa Taciana, pelo apoio e inspiração para que eu me dedicasse sempre ao máximo nas minhas tarefas. Minha eterna gratidão pela paciência e conforto que sempre tive em casa e que foram fundamentais para o sucesso dessa missão.

Aos meus familiares, especialmente meus queridos pais Ori e Luzia, sou imensamente grato pelo suporte ao longo da vida e, especialmente, durante a jornada para concluir essa dissertação.

Aos amigos da Turma Almirante Sylvio de Noronha e do C-EMOS 2023, agradeço a fidalguia, camaradagem e respeito mútuo sem os quais não seria possível vencer mais esse desafio.

Ao meu orientador, CMG (RM1) Jungstedt, agradeço pelos conselhos sempre precisos e confiáveis, sendo fundamentais para a conclusão dessa dissertação.

Ao CF (RM1) Nagashima, pela contribuição na revisão dos capítulos, fundamental para produzir esse trabalho científico.

Finalmente, expresso minha eterna gratidão à Escola de Guerra Naval e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para que eu alcançasse mais este degrau em minha vida.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como propósito investigar o emprego do arquipélago de Andamão e Nicobar pela Marinha da Índia, sob o enfoque da Estratégia Naval, no período de 2001 a 2022, à luz dos preceitos teóricos de Milan N. Vego acerca das ilhas oceânicas. A escolha do ano de 2001 como marco inicial desse estudo se deu em função da criação do Comando Conjunto *Andaman & Nicobar Command* nesse ano, resultado da mudança na organização de defesa da Índia a partir da Guerra de Kargil (1999) contra o Paquistão. A relevância do tema reside na oportunidade de contribuir para um melhor entendimento do papel das ilhas oceânicas como elementos estáticos do Poder Naval, com o objetivo de defender os interesses marítimos do Estado. Para alcançar esse propósito, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, por meio de uma metodologia descritiva e analítica. Com o intuito de obter o embasamento para a análise pretendida, o trabalho apoiou-se na aplicação dos pressupostos teóricos do professor Vego sobre o papel das ilhas oceânicas como meios da Estratégia Naval. Após examinar a relação entre essa base teórica e as evidências da pesquisa, concluiu-se que a Estratégia Naval da Índia vem considerando as ilhas de Andamão e Nicobar como instrumentos essenciais para garantir a segurança marítima e os objetivos nacionais na região. Percebe-se que a Índia, com pretensões de se tornar uma potência mundial, busca aproveitar todas suas capacidades, priorizando, no campo da Estratégia Naval, a proteção das Linhas de Comunicação Marítima vitais para o seu abastecimento diante das ameaças na Região do Oceano Índico.

**Palavras-chave:** Andamão e Nicobar; Ilhas Oceânicas; Estratégia Naval; Milan N. Vego; Região do Oceano Índico.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Entorno geográfico do Arquipélago de Andamão e Nicobar.....	52
Figura 2 –	Distribuição geográfica das ilhas oceânicas na Região do Oceano Índico.....	52
Figura 3 –	Estreito de Bab el Madeb.....	53
Figura 4 –	Estreito de Málaca.....	53
Figura 5 –	Posição estratégica em relação ao estreito de Málaca.....	54
Figura 6 –	Áreas marítimas de interesse da Índia.....	54
Figura 7 –	As bases militares no Oceano Índico e o “Colar de Pérolas” da China.....	55
Figura 8 –	Posição geográfica do arquipélago de Andamão e Nicobar.....	55
Figura 9 –	Zona Econômica Exclusiva da Índia.....	56
Figura 10 –	Área de Responsabilidade do ANC.....	56
Figura 11 –	Posicionamento das Bases Navais do ANC.....	57
Figura 12 –	Cobertura de Defesa Aérea da Índia na Região do Oceano Índico (ROI).....	57

## LISTA DE SIGLAS

AN –	Andamão e Nicobar
ANC –	<i>Andaman &amp; Nicobar Command</i> (Comando Conjunto de Andamão e Nicobar)
CNS –	<i>Chief of the Naval Staff</i>
CSM –	Consciência Situacional Marítima
DANX –	<i>Defence of Andaman and Nicobar Islands Exercise</i>
FAO –	<i>Food and Agriculture Organization</i>
HADR –	<i>Humanitarian Assistance and Disaster Relief</i>
IMSS –	<i>Indian Maritime Security Strategy</i> (2015)
IMD –	<i>Indian Maritime Doctrine</i> (2009)
INS –	<i>Indian Naval Ship</i>
INAS –	<i>Indian Naval Air Squadron</i>
ISL –	International Shipping Lanes
SLOC –	<i>Sea Lines of Communications</i> (Linhas de Comunicação Marítima)
MN –	Milhas Náuticas
NOIC A&N –	<i>Naval Officer-in-Charge, Andaman &amp; Nicobar Islands</i>
MT –	Mar Territorial
PC –	Plataforma Continental
ROI –	Região do Oceano Índico
RNO –	<i>Resident Naval Officer</i>
SOP –	<i>Standard Operating Procedures</i>
SAGAR –	<i>Security And Growth for All in the Region</i>
SAR –	<i>Search and Rescue</i>
TO –	Teatro de Operações
ZEE –	Zona Econômica Exclusiva



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>AS ILHAS OCEÂNICAS: ASPECTOS TEÓRICOS DE MILAN VEGO .....</b>	<b>11</b>
2.1	Estratégia Nacional, Estratégia Militar e Estratégia Naval.....	12
2.2	O aproveitamento das ilhas oceânicas como posições estratégicas .....	14
2.3	As bases militares posicionadas em ilhas oceânicas .....	17
2.4	Considerações parciais .....	19
<b>3</b>	<b>O EMPREGO DAS ILHAS DE ANDAMÃO E NICOBAR PELA ÍNDIA: 2001 A 2022.....</b>	<b>21</b>
3.1	A Região do Oceano Índico (ROI) e seus desafios para a Estratégia Naval da Índia .....	21
3.2	Os interesses marítimos da Índia na ROI e suas ameaças .....	23
3.3	O Arquipélago de Andamão e Nicobar: Um posto avançado natural.....	27
3.4	<i>Andaman &amp; Nicobar Command</i> (ANC): Um Porta-Aviões inafundável.....	30
3.5	Considerações parciais .....	35
<b>4</b>	<b>O APROVEITAMENTO DE ANDAMÃO E NICOBAR À LUZ DAS TEORIAS DE VEGO .....</b>	<b>36</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>45</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>
	<b>ANEXO A - FIGURAS.....</b>	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Dentro do campo militar, o conceito de Estratégia pode ser entendido como o processo dinâmico e contínuo de empregar todos os recursos disponíveis da Nação para alcançar os objetivos definidos pelo nível político. Quando o ambiente estratégico em que se desenvolve esse processo é predominantemente marítimo, torna-se mais correto tratarmos do termo Estratégia Naval, e priorizar aqueles meios com alguma ligação com o mar.

Nesse contexto, é essencial que se avalie criteriosamente a disponibilidade de todos os instrumentos marítimos de que dispõe a Nação, não se limitando apenas aqueles elementos móveis que compõem as Forças Navais. Esse entendimento precisa ser mais evidente para aqueles Estados que possuem um vínculo mais profundo com o mar, pois, naturalmente, contarão com uma plêiade mais diversificada de elementos.

No caso específico da Índia, o sentimento de colonização britânica, intrinsecamente ligado ao mar, somado à sua posição geográfica que obriga a aproximação das principais rotas marítimas à sua costa, torna o ambiente marítimo essencial para o Estado indiano.

Em um mundo cada vez mais dependente do comércio marítimo, os pontos focais<sup>1</sup> exercem um papel de extrema relevância. É o que ocorre com o estreito de Málaca<sup>2</sup>, principal ligação entre os oceanos Índico e Pacífico. A capacidade de controle e monitoramento do fluxo marítimo que circula por essas posições representa um valioso poder estratégico.

No extremo leste do Oceano Índico, encontramos o arquipélago indiano de Andamão e Nicobar (AN), a algumas Milhas Náuticas (MN) da extremidade norte do estreito de Málaca. Por esse motivo, e visando aumentar a sua segurança marítima, a Marinha da Índia vem aproveitando essas ilhas oceânicas como instrumento de sua Estratégia Naval.

Considerando o mencionado, o propósito desta dissertação é investigar o emprego do arquipélago de AN pela Marinha da Índia, de 2001 a 2022, tendo como alicerces os preceitos

---

<sup>1</sup> Do idioma inglês “Choke point”. Termo selecionado para ser empregado neste trabalho para referir-se a um ponto de estrangulamento no mar (salientes e estreitos) por onde uma força militar ou civil é forçada a passar (ALBUQUERQUE, 2017).

<sup>2</sup> Com cerca de 500 MN de extensão e largura que varia entre 30 e 200 MN, esse estreito exerce um papel crucial no fluxo ininterrupto do tráfego marítimo para os principais países do mundo (VEGO, 2003).

teóricos do professor Milan N. Vego<sup>3</sup> acerca do valor estratégico das ilhas oceânicas<sup>4</sup> para o pensamento estratégico. Assim, colocamos a seguinte questão de pesquisa: o emprego do arquipélago de AN pela Marinha da Índia, entre 2001 e 2022, possui aderência com os pressupostos teóricos de Vego sobre o papel das ilhas oceânicas para a Estratégia Naval?

Para responder essa indagação, empregaremos o desenho de pesquisa que confronta a teoria com a realidade, tendo como objeto de estudo o próprio emprego do arquipélago de AN pela Marinha da Índia. A pesquisa não adotou hipóteses. A relevância do tema encontra-se na oportunidade de contribuir para um melhor entendimento do papel das ilhas oceânicas como elementos da Estratégia Naval para alcançar os seus objetivos relacionados ao mar.

Para a consecução do nosso propósito, a abordagem empregada nessa dissertação se embasa em uma pesquisa bibliográfica e documental. O estudo encontra-se organizado conforme a estrutura de um trabalho científico, com a aplicação de conceitos teóricos do campo da Estratégia Naval em nosso objeto. Além desta Introdução, organizaremos nosso trabalho em quatro capítulos, conforme especificado a seguir. O primeiro deles se propõe a apresentar os aspectos teóricos de Vego acerca do aproveitamento das ilhas oceânicas sob a perspectiva da Estratégia Naval. Ao seu término, listaremos os principais fundamentos que fornecerão o embasamento teórico para a condução da pesquisa.

Posteriormente, no capítulo três, buscaremos contextualizar o emprego das ilhas oceânicas de AN pela Marinha da Índia, entre 2001 e 2022, ressaltando as evidências mais relevantes para o desenvolvimento desta dissertação.

No capítulo quatro, buscaremos confrontar os preceitos de Vego com a realidade do emprego do arquipélago de AN pela Marinha da Índia. Dessa forma, será possível verificar o grau de aderência existente e responder à pergunta dessa pesquisa.

Finalmente, no último capítulo, apresentaremos a conclusão da pesquisa e indicaremos linhas de investigação futura.

Iniciamos assim nosso estudo, expondo no próximo capítulo, os aspectos teóricos necessários para a sustentação dos argumentos aqui apresentados.

---

<sup>3</sup> Nascido na cidade de Caplina, Bósnia-Herzegovina, se graduou em 1961 na antiga Academia Naval da Iugoslávia. Recebeu asilo político nos Estados Unidos da América (EUA) em 1976 e conquistou seu mestrado na Universidade George Washington em 1981. Desde 1991 tem sido professor da disciplina de Operações Militares Conjuntas na Escola de Guerra Naval dos EUA (NIKOLA VAPTSAROV NAVAL ACADEMY, 2018).

<sup>4</sup> Formação natural cercada de água, permanentemente descoberta, com capacidade mínima para instalar estruturas artificiais (BRASIL, 1990).

## 2 AS ILHAS OCEÂNICAS: ASPECTOS TEÓRICOS DE MILAN VEGO

Abordaremos, nesse capítulo, o papel das ilhas oceânicas como elementos estáticos do Poder Naval, seja como base de apoio, projeção de poder ou até mesmo auxílio no monitoramento de áreas marítimas, visando assim, alcançar a sustentação teórica necessária para a presente dissertação.

Inicialmente, de acordo com os elementos teóricos de Vego, buscaremos contextualizar o estudo da Estratégia, com destaque para a Estratégia Naval, dentro do campo mais amplo da Estratégia Nacional. Na sequência, explicitaremos os conceitos teóricos de Vego relacionados ao aproveitamento da configuração geográfica do litoral de um Estado, enfatizando o posicionamento estratégico de suas ilhas oceânicas e as vantagens decorrentes.

Apesar da aparente centralidade dos estudos de Vego nas particularidades táticas dos mares estreitos, é inegável que seus pensamentos se alinham com o estudo estratégico ora realizado. Conforme podemos observar na Figura 1, esse entendimento torna-se evidente quando analisamos a geografia do espaço abordado. Assim, é possível identificarmos a proximidade do arquipélago de AN a diversos pontos de valor estratégico, como a própria costa leste da Índia, o estreito de Málaca, o Golfo de Bengala e os litorais de outros Estados.

Ao observar o contexto das particularidades atinentes ao Teatro de Operações (TO), Coutau-Bégarie (2010) destaca a importância das características do espaço geográfico por meio de uma comparação entre os ambientes terrestre e marítimo:

Sobre terra, o relevo desenha as vias “naturais” de invasão ou, inversamente, os obstáculos, e determina as posições necessárias a tomar “a qualquer preço”. O meio marítimo, ao contrário, se caracteriza por sua homogeneidade: não existe obstáculo sobre o qual o defensor possa se apoiar, de modo que não pode haver aí uma frente (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 633).

O mesmo autor destaca que o espaço marítimo não se apresenta totalmente regular, existindo a configuração das costas que compreende suas ilhas oceânicas: “Isso não significa por outro lado que o espaço marítimo seja completamente uniforme. O argumento topográfico existe sobre o mar, mas se apresenta sob formas diferentes” (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 634).

Coadunando com essa perspectiva comparativa, Vego (2016) ressalta que o espaço terrestre é dotado de diversos tipos de obstáculos como, por exemplo, montanhas, florestas, rios e cidades. Em contrapartida, o mar é geralmente livre de barreiras, excetuando apenas as próprias ilhas oceânicas, sendo, portanto, maior a dificuldade para se alcançar o efeito

surpresa em um ataque ou garantir a proteção contra uma investida inimiga, principalmente vinda pelo ar. Ainda sobre as características dos TO terrestre e marítimo, a *Indian Maritime Doctrine* (IMD) (2009) acrescenta que:

Ao contrário da terra, no mar não há linhas de batalha definidas. Uma ameaça pode surgir de qualquer direção ou dimensão. O maior desafio, portanto, é detectar e identificar possíveis ameaças. Muitas vezes, grandes áreas precisam ser mantidas sob vigilância (ÍNDIA, 2009, p. 52, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Consequentemente, é razoável deduzirmos que as particularidades de cada ambiente irão interferir diretamente no pensamento estratégico envolvido nas operações militares, sejam estas terrestres ou marítimas.

Dessa forma, apesar de no combate terrestre ser mais fácil compreender a influência do terreno no desempenho dos exércitos em batalha, o combate Naval também oferece a possibilidade de emprego da geografia em prol do cumprimento dos objetivos estratégicos a serem atingidos.

## 2.1 Estratégia Nacional, Estratégia Militar e Estratégia Naval

Antes de nos debruçarmos sobre os conceitos teóricos relacionados à utilização das ilhas oceânicas como posições estratégicas, é fundamental compreendermos a visão de Vego sobre a Estratégia Naval. Essa perspectiva contribuirá para a elucidação dos conceitos e pressupostos apresentados no decorrer dessa dissertação.

O professor Milan Vego (2003) define o termo *Estratégia* como “a arte e a ciência de aplicar todos os recursos de poder em tempo de paz e de guerra para cumprir os objetivos estratégicos” (VEGO, 2003, p.1, tradução nossa)<sup>6</sup>. Em sua obra mais recente, Vego acrescenta a sua definição a característica da *Estratégia* de ser “o processo que relaciona e harmoniza os fins com os meios” (VEGO, 2016, p.1, tradução nossa)<sup>7</sup>.

Dentro do escopo da análise teórica, de acordo com Vego (2003), encontramos a *Estratégia Nacional* no nível mais elevado do conceito de *Estratégia*. Essa se propõe a aplicar

---

<sup>5</sup> No original: “Unlike on land, at sea there are no defined battle lines. A threat can emerge from any direction or dimension. The biggest challenge, therefore, is in detecting and identifying potential threats. Often, large areas need to be kept under surveillance” (ÍNDIA, 2009, p.52).

<sup>6</sup> No original: “art and science of applying all sources of power in peacetime and in war to accomplish strategic objectives” (VEGO, 2003, p.1).

<sup>7</sup> No original: “In its simplest terms, strategy can be defined broadly as the process of interrelating and harmonizing the ends with the means” (VEGO, 2003, p.1).

todos os elementos do Poder Nacional (militar, econômico, diplomático, tecnológico, físico e outros) para atingir os objetivos nacionais em tempo de paz ou de guerra, sendo formulada pela classe governante do Estado assessorada por civis e militares.

Em um sentido mais restrito, a *Estratégia Militar* é “a arte e a ciência de empregar as Forças Armadas do país para cumprir os objetivos da *Estratégia Nacional* pela aplicação da Força ou da ameaça de seu uso em apoio à *Estratégia Nacional*” (VEGO, 2003, p.1, tradução nossa)<sup>8</sup>.

Dependendo do ambiente estratégico em que serão empregados os recursos, a *Estratégia Militar* abará aspectos navais, terrestres ou aéreos. Sendo assim, em uma definição da aplicação da *Estratégia Militar* nos mares e oceanos encontraríamos a *Estratégia Naval*, responsável pelo emprego dos elementos do Poder Militar para atender as demandas navais da *Estratégia Militar* (VEGO, 2003).

Desse modo, o autor propõe que a *Estratégia Naval* se baseie na *Estratégia Militar* para determinar os objetivos estratégicos a serem cumpridos no ambiente marítimo. Para atingir esse propósito será necessário desenvolver conceitos gerais de Guerra no Mar e delimitar os teatros principal e secundário para otimizar o emprego das forças navais. Destacamos assim a importância de selecionar, prioritariamente em tempo de paz, os pontos estratégicos que servirão de bases navais ou aéreas e, caso necessário, adquirir novas, seja pelos meios diplomáticos ou pela força militar (VEGO, 2003).

Todo esse aspecto, segundo Vego (2003), deve ser coordenado com o emprego de outros elementos do Poder Nacional. Para respaldar seus preceitos, recorreremos ao mais conhecido estrategista naval, o Contra-Almirante Alfred Thayer Mahan (1840-1914)<sup>9</sup>, que ressalta o papel da configuração geográfica do litoral de um Estado como um dos elementos de seu Poder Marítimo e, portanto, de seu Poder Nacional. Sendo assim, as zonas costeiras e as ilhas oceânicas desempenham um importante papel como pontos logísticos para a obtenção da supremacia naval (ALBUQUERQUE, 2017).

Isso posto, é essencial que todos os elementos do Estado (geográficos, militares,

---

<sup>8</sup> No original: “*Military strategy is the art and science of employing the armed forces of a nation to accomplish national strategy objectives by the application of force or by the threat of force in the support of national strategy*” (VEGO, 2003, p.1).

<sup>9</sup> O Contra-Almirante Alfred Thayer Mahan, notável oficial da Marinha estadunidense, destacou-se como historiador e como um dos mais conhecidos teóricos da Estratégia Naval. Autor de diversas obras dentre as quais a mais conhecida é a “*The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783*” (PIMENTEL, 2022).

econômicos, populacional, dentre outros), que refletem o seu Poder Nacional, sejam considerados como meios da *Estratégia Militar*. Nesse entendimento, sob o enfoque mais restrito da *Estratégia Naval*, as ilhas oceânicas podem ser empregadas para incrementar a capacidade militar do Estado costeiro.

A próxima seção apresentará os preceitos teóricos de Vego mais relacionados com o valor estratégico das ilhas oceânicas para o Poder Naval e como fatores de força do Estado sob o enfoque da *Estratégia Naval*.

## **2.2 O aproveitamento das ilhas oceânicas como posições estratégicas**

Dentro do contexto de emprego de todos os meios de que dispõe uma nação para alcançar seus objetivos, é razoável incluirmos os seus próprios atributos geográficos, como o contorno de sua costa e suas ilhas oceânicas.

Para o Almirante João Carlos G. Caminha (1982), o Poder Naval não se restringe aos elementos dinâmicos, compreendidos pelas forças navais, mas inclui os elementos estáticos, representados pelas bases e outras posições estratégicas que venham a contribuir com os esforços das forças combatentes no mar.

Ainda dentro do contexto dos aspectos geográficos, o Almirante Mahan (1987) menciona que as principais condições que afetam o Poder Marítimo de uma Nação podem ser enumeradas como: I. Posição Geográfica; II. Conformação Física; III. Extensão territorial; IV. Tamanho de sua população; V. Características do seu povo; e VI. Características do seu Governo. Como percebemos, dentre os seis elementos citados por Mahan, a metade encontra-se relacionada às condições naturais do Estado, demonstrando a relevância de se considerar os mesmos como instrumentos para a conquista de seus interesses.

A distância de um Estado para um provável TO no mar é um fator de enorme importância para a Estratégia Naval, tendo em vista o seu valor para o nível de desenvolvimento necessário do Poder Naval do Estado (VEGO, 2003). Dessa forma, o posicionamento das ilhas oceânicas deve ser avaliado sob o ponto de vista de uma possível extensão natural de seu território e, por conseguinte, de capacidade de projeção de seu poder militar. O sucesso alcançado nesse empreendimento refletirá no nível de vantagem em relação ao adversário.

Nesse ponto, a história das guerras navais é repleta de ensinamentos. O emprego da

base avançada na ilha de Ascensão pelo Reino Unido durante a Guerra das Malvinas (1982), por exemplo, reduziu consideravelmente a sua desvantagem no TO. Os britânicos dificilmente teriam conseguido lutar e vencer a guerra sem essa posição, ainda que a mesma estivesse localizada a uma distância significativa do TO (MIDDLEBROOK, 2012).

Dentro dessa visão de projeção dos limites do Estado, destacamos que a condução de operações militares a partir de posições estrategicamente avançadas, minimiza a possibilidade de danos à integridade territorial, uma vez que afasta o TO das fronteiras continentais. Esse fato contribui com a proteção dos interesses nacionais e da população que reside no continente. Outra vantagem obtida com a utilização das ilhas como bases militares consiste na possibilidade de obrigar o inimigo a distribuir seus esforços entre o continente e as respectivas forças insulares.

Os pontos estratégicos, em terra ou no mar, desempenham um papel crítico em tempo de paz e de guerra. Essas posições permitem que as forças nelas localizadas controlem e ataquem as forças oponentes (VEGO, 2003). O Almirante Mahan observou, porém, que dentre as posições disponíveis somente aquelas capazes de afetar decisivamente o resultado de um conflito em um determinado TO deverão ser selecionadas (MAHAN, 1911 *apud* VEGO, 2003).

Vego (2003), consonante com o almirante Mahan, afirma que dentre os vários fatores que influenciam o valor militar de um determinado ponto geográfico se destacam: sua posição, sua força militar e seus recursos. Assim, um lugar pode deter uma enorme capacidade bélica, mas sua posição ser tão desfavorável que não recompensa mantê-lo. Por outro lado, um lugar, situado em uma posição estratégica e com uma enorme força militar, pode se tornar impróprio, caso tenha uma reduzida disponibilidade de recursos em seu entorno. Por fim, quando um lugar conta com uma excelente posição, uma força militar considerável e abundância em recursos então possui um grande valor estratégico.

Dentro do contexto das três principais condições para que uma posição seja considerada de elevado valor estratégico, Mahan (1911) argumenta que:

Das três principais condições, a primeira, posição, é a mais indispensável, porque a força e os recursos podem ser artificialmente supridos ou incrementados, mas aquela ultrapassa as possibilidades da força humana para alterar a situação de um porto que se encontra fora dos limites do efeito estratégico (MAHAN, 1911, p.134, tradução nossa)<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> No original: *“Of the three principal conditions, the first, situation, is the most indispensable, because strength and resources can be artificially supplied or increased, but it passes the power of man to change the situation of a port which lies outside the limits of strategic effect”* (MAHAN, 1911, p. 134).



Segundo Vego, uma posição estratégica pode ser definida como: “uma série de pontos situados próximos uns dos outros cuja posse tem o efeito mais direto sobre o resultado da guerra em um determinado TO” (VEGO, 2003, p. 42, tradução nossa)<sup>11</sup>.

Uma posição é estratégica quando seu detentor exerce o efeito mais direto no resultado de uma guerra, permitindo uma rápida e bem-sucedida reação por parte de uma força naval ou aérea. Geralmente, existem poucas posições estratégicas no oceano quando comparamos com um TO em terra, logo, devem ser mais valorizados. Uma posição estratégica pode ser um alongamento da costa, uma ilha ou arquipélago, um estreito ou uma hidrovia internacional, um canal artificial ou um largo rio (VEGO, 2003).

O valor de uma posição marítima é consideravelmente aumentado se as forças navais e aéreas nela localizadas são capazes de atingir as linhas de comunicação inimigas de uma curta distância (VEGO, 2003). Por essa razão, ilhas oceânicas localizadas próximas a estreitos com relevância para o comércio marítimo internacional de Estados com potencial de se tornar ameaças aos interesses nacionais possuem importante valor estratégico.

No entanto, algumas vezes, posições adquiridas em tempo de paz podem se tornar fontes de grandes fraquezas em vez de força (VEGO, 2003). Por isso, o processo de escolha de ilhas oceânicas como posições estratégicas deve ser conduzido cuidadosamente, levando-se em consideração o maior número de parâmetros possíveis.

Em relação ao posicionamento estratégico do arquipélago de AN, é importante ressaltarmos o seu valor para a Estratégia Naval da Índia, cabendo à Marinha indiana a correta utilização do local. O posicionamento geográfico do arquipélago em relação ao estreito de Málaca reforça ainda mais essa perspectiva estratégica.

Os oceanos Índico e Pacífico são conectados por estreitos dos quais os de Málaca e Sunda são os mais importantes. Sendo assim, o seu domínio representa o controle da principal rota de comércio marítimo que conecta o oceano Índico. O valor estratégico de um estreito aumenta com a existência de posições insulares, operacionalmente significativas, próximas de suas ligações com o mar aberto (VEGO, 2003). É importante evidenciar a necessidade de determinada posição estar ativa operacionalmente, com uma força militar instalada e atuante, tendo em vista que apenas a posição não atingirá os benefícios estratégicos esperados.

---

<sup>11</sup> No original: “A strategic position represents a series of points situated close to each other whose possession has the most direct effect on the actions of all forces in a given theater of operations” (VEGO, 2003, p. 42).

Uma posição situada em uma ilha oceânica possui valor estratégico superior a um ponto similar no continente ou em uma península, uma vez que, geralmente, ocupará uma localização mais favorável em relação às linhas de comunicação marítima. Assim, quanto mais próximo das rotas comerciais marítimas, maior será o valor estratégico desse ponto.

Vale ressaltarmos que uma posição estratégica localizada em uma ilha possui maior facilidade para autodefesa do que um ponto situado no litoral ou em uma península. Essa assertiva baseia-se no fato de que a defesa de uma posição insular depende apenas da proteção de ataques vindos pelo mar ou pelo ar enquanto uma posição terrestre estará exposta a ataques também vindos por terra (VEGO, 2003).

Vego (2003) acrescenta ainda que quanto maior for a distância da posição em relação a uma costa amiga, maior será a vulnerabilidade a ataques inimigos, seja por mar ou pelo ar. Assim, a proximidade a Estados aliados contribuiria com o aumento da proteção da referida posição, tendo em vista a possibilidade de apoio mútuo.

Com base no que foi exposto nessa seção, é justificável afirmarmos que, em tempos de paz, devemos considerar a preparação militar de ilhas oceânicas sob o enfoque da Estratégia Naval. O valor desses elementos para o processo de influenciar potenciais ameaças em prol dos interesses do Estado não pode ser negligenciado.

Na próxima seção, analisaremos os aspectos relacionados ao emprego de bases militares a partir de ilhas oceânicas, sob a perspectiva da Estratégia Naval, concentrando-se nos pressupostos conceituais de Vego.

### **2.3 As bases militares posicionadas em ilhas oceânicas**

Na seção anterior, procuramos evidenciar o papel das ilhas oceânicas como posições de elevado valor estratégico. A partir deste ponto, abordaremos as vantagens da operação de bases militares a partir dessas posições insulares. Além de contribuir para o incremento das capacidades dissuasórias do Estado costeiro, essas bases ampliam as possibilidades de alcançar os objetivos da Estratégia Nacional.

De acordo com Vego (2003), uma das principais tarefas da Estratégia Naval, em tempo de paz, é preocupar-se em construir ou adquirir um número suficiente de bases militares, principalmente navais e aéreas. Essas posições permitirão que as forças militares cumpram os objetivos da Estratégia Nacional em tempos de Guerra.

Uma Força Naval não será capaz de sustentar seu esforço de guerra sem a posse de uma base adequada para lhe fornecer o apoio necessário para uma campanha militar ou até mesmo para o retraimento durante uma eventual emergência. Sendo assim, as bases militares encontram-se no centro de todas as atividades navais e aéreas em uma determinada área marítima (VEGO, 2003).

Uma base militar localizada em uma posição geográfica favorável, capaz de acomodar a maior parte de uma Força Naval, facilitará consideravelmente o desempenho das operações militares no mar. Até mesmo uma Esquadra inferior terá seu valor aumentado à medida que possuir uma base bem protegida capaz de lhe fornecer apoio, possibilitando assim uma maior liberdade de movimento (VEGO, 2003).

Para Vego (2003), qualquer ilha oceânica que possua uma localização geográfica favorável, área de ancoradouro e terreno suficiente para a construção de um campo de pouso e decolagem, poderá ser aproveitada como uma base militar operacional. Dessa forma, o emprego adequado dessas posições, no âmbito da Estratégia Naval, contribuirá consideravelmente para o êxito de uma campanha militar no mar.

Normalmente, a principal finalidade de uma base naval é prover abrigo, reparos e abastecimento para os navios, além de oferecer descanso e recreação para suas tripulações. Essas bases, atuando como centros de poder o mais próximo possível do adversário, servirão como alarme antecipado diante de um ataque inimigo e contribuirão para o controle das linhas de comunicação própria e de aliados (VEGO, 2003).

Além disso, Vego (2003) acrescenta que as bases navais podem servir para ações ofensivas, defensivas ou ambas, podendo ser permanentes ou temporárias. Geralmente, as bases permanentes são estabelecidas em seus próprios territórios com o propósito de estender o alcance da Força Naval ou neutralizar uma base inimiga na mesma região.

Diversas bases navais podem ser construídas com a finalidade explícita de controlar o tráfego marítimo em uma região. Buscando referências no passado, podemos mencionar as bases navais britânicas de Gibraltar, Malta e Alexandria que foram conquistadas com o propósito de controlar os pontos focais de transporte marítimo no Mediterrâneo. Bases navais desse tipo proporcionam notáveis vantagens ofensivas e defensivas em tempos de guerra, como ocorreu em Scapa Flow e Dover na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e Malta durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (VEGO, 2003).

Uma localização para abrigar uma base naval, capaz de desempenhar o seu papel da

maneira mais efetiva possível, deve possuir algumas características bem definidas por Vego (2003). Primeiramente, é necessário que tenha um espaço considerável e profundidade adequada para a construção de um fundeadouro capaz de acomodar um grande número de navios. Com relação a suas características oceanográficas, um bom local para a instalação de uma base naval deve apresentar pequenas variações de marés e fornecer proteção contra ondas altas e mau tempo. Além disso, o uso ao longo de todo o ano é outro fator a ser considerado, ou seja, a inexistência da eventual ocorrência de gelo que possa comprometer o emprego da base (VEGO, 2003).

Finda as considerações sobre os principais conceitos teóricos de Milan Vego, apresentaremos na próxima seção as conclusões parciais, destacando os pontos mais significativos sobre a operação de bases militares a partir de ilhas oceânicas.

## **2.4 Considerações parciais**

Essa contextualização inicial nos permite entender alguns aspectos teóricos do professor Milan Vego concernentes ao papel das ilhas oceânicas como meios dentro do processo dinâmico da Estratégia Naval.

Tendo como alicerce a análise apresentada nas seções anteriores, é possível deduzirmos parcialmente que o emprego do arquipélago de AN pela Marinha da Índia, desde 2001 até 2022, terá aderência aos conceitos teóricos estudados se apresentar os seguintes elementos: emprego das ilhas oceânicas de AN como fator de projeção de poder; constatação do valor estratégico da posição do arquipélago de AN especificamente no que se refere ao controle e combate das forças oponentes; comprovação de que o posicionamento geográfico, a capacidade militar instalada e os recursos disponíveis representam o verdadeiro valor militar do arquipélago de AN; verificação da capacidade das forças militares presentes nas ilhas de atingir as linhas de comunicação inimigas de uma curta distância; maior capacidade de defesa das ilhas de AN contra uma força inimiga quando comparado com outro local situado no litoral do continente indiano; e, por fim, a reduzida vulnerabilidade de ataques inimigos às ilhas de AN, vindos pelo mar ou pelo ar, devido à proximidade aos Estados costeiros aliados.

Dessa maneira, destacamos os seis conceitos teóricos mais relevantes de Milan Vego sobre o emprego de ilhas oceânicas pela Estratégia Naval os quais confrontaremos com nossa realidade representada pela forma como a Marinha da Índia vem empregando o arquipélago

de AN, desde 2001 até 2022. Antes disso, apresentaremos no próximo capítulo, as características do emprego do arquipélago de AN pela Marinha da Índia nesse período, aspectos considerados fundamentais para o desencadeamento desta dissertação.

### 3 O EMPREGO DAS ILHAS DE ANDAMÃO E NICOBAR PELA ÍNDIA: 2001 A 2022

Inicialmente, antes de nos aprofundarmos na busca pelas evidências a serem confrontadas com os aspectos teóricos mencionados no capítulo anterior, apresentaremos, na próxima seção, algumas características da Região do Oceano Índico (ROI). A relevância dessa contextualização encontra-se na influência que o referido ambiente operacional exerce sobre nosso objeto de estudo.

Nesse tocante, iniciaremos nossa abordagem pelas peculiaridades, desafios e oportunidades, do próprio espaço marítimo do Oceano Índico, compreendendo assim, o ambiente de atuação da Estratégia Naval da Índia.

#### 3.1 A Região do Oceano Índico (ROI) e seus desafios para a Estratégia Naval da Índia

É natural que a configuração geográfica que molda o espaço marítimo, composta por suas ilhas oceânicas, estreitos, golfos e baías, exerça um considerável papel no comércio marítimo e nos demais interesses nacionais de um Estado costeiro. Com a ROI não seria diferente. Assim, para tornar mais compreensíveis as nuances que devem fazer parte dos estudos da Estratégia Naval de um Estado, é essencial que analisemos as particularidades do ambiente marítimo que o cerca.

Dessa forma, a IMD (2009) ressalta a importância da geografia da Índia dentro do contexto do Oceano Índico:

A conformação geográfica (incluindo o seu componente submerso) desempenha um papel significativo na configuração do ambiente marítimo. A confluência das rotas marítimas internacionais nas proximidades da costa de um país, especialmente através de estreitos, golfos, baías e outros pontos focais, confere-lhe uma vantagem estratégica única, que deve ser levada em consideração por seus potenciais adversários (ÍNDIA, 2009, p. 53, tradução nossa)<sup>12</sup>.

O Oceano Índico é o terceiro maior corpo de água do mundo, atrás apenas dos oceanos Pacífico e Atlântico, podendo ser visto como um espaço marítimo limitado por terra em seus três lados. Enquanto o continente africano cobre seu lado ocidental, a Malásia, Mianmar e demais partes insulares da Indonésia, Papua Nova Guiné e Austrália compõem o limite oriental.

---

<sup>12</sup> No original: *“The geographic conformation (including its sub-surface component) plays a significant part in shaping the maritime environment. The confluence of International Shipping Lanes (ISL) close to a country’s shores, especially through important straits, gulfs, bays and other choke points, bestows on it a unique strategic leverage, which has to be taken account of by its potential adversaries”* (ÍNDIA, 2009, p. 53).

O continente asiático constitui uma espécie de “teto” sobre a extensão norte, diferenciando o oceano Índico do Pacífico e do Atlântico os quais se estendem de norte a sul como grandes rodovias sem obstáculos (ÍNDIA, 2009).

Considerando a sua influência direta sobre o território da Índia, é possível notarmos o relevante papel que as especificidades da ROI exercem na Estratégia Naval indiana. Com relação a sua configuração geográfica, Panikkar (1951) destaca que a ROI se diferencia das demais áreas marítimas pela disposição de suas ilhas oceânicas, ora próximas à costa do subcontinente indiano, ora imersas em sua vastidão.

Sob essa abordagem, conforme constatamos na Figura 2, além de Sri Lanka e Madagascar, outras ilhas oceânicas merecem destaque no Oceano Índico, são elas: Socotra, na costa árabe; Zanzibar e Seicheles, na costa leste da África; Maurício e Reunião, a leste de Madagascar; os arquipélagos de Lakshadweep e Maldivas próximas à costa da Índia; e Andamão e Nicobar, na baía de Bengala (PANNIKAR, 1951). Acrescentamos à relação de Panikkar, por seu valor geopolítico, a ilha de Diego Garcia<sup>13</sup>, território britânico na parte central do Oceano Índico.

A partir da ótica da segurança marítima, é possível entendermos a ROI como uma grande massa líquida, com a Índia em sua porção central, tendo seu ingresso marítimo relativamente aberto ao sul e com plenas possibilidades de controle de acesso por suas laterais. No que se refere a extensa abertura ao sul, ressalta-se o baixo fluxo de navegação oriundo do continente antártico, estando assim, naturalmente menos vulnerável às ameaças. Além disso, considerando as relações entre EUA e Índia, a base militar da ilha de Diego Garcia oferece um monitoramento adicional para o setor austral indiano.

Com relação as principais vias de acesso a ROI, pontos focais que desempenham papel de destaque para o comércio marítimo internacional, podemos observar nas Figuras 3 e 4, que existem dois estreitos principais: na parte ocidental encontramos o estreito de Bab el Mandeb<sup>14</sup> e, na frente oriental, o estreito de Málaca. Ambos podem ser facilmente controlados. O primeiro, por ser uma extensão marítima interior, é suscetível de controle por terras fronteiriças de ambos os lados. Do mesmo modo, o estreito de Málaca, além de possibilitar a ligação entre os oceanos Índico e Pacífico, também possui terras de ambos os

---

<sup>13</sup> EUA operam uma base de apoio a sua Marinha de Guerra e sua Força Aérea (HIRANANDANI, 2012).

<sup>14</sup> Conecta o Mar Vermelho ao Golfo de Aden, entre Iêmen e Djibuti, separando os continentes africano e asiático (PANIKKAR, 1951).

lados, estando facilmente vulnerável ao controle efetivo (PANIKKAR, 1951).

Nesse sentido, a IMD (2009) ressalta que o bloqueio de qualquer desses pontos focais, interrompendo o fluxo do seu comércio marítimo, causaria enormes variações nos preços dos produtos, impactando profundamente a economia global.

Com isso, é possível identificarmos uma grande fragilidade do tráfego marítimo internacional que passa por tais estreitos diante da possibilidade de ocorrência de um efetivo controle ou até mesmo de um bloqueio através de suas margens. A dependência dos interesses dos Estados contíguos a esses estreitos é notável, gerando uma sensação de vulnerabilidade para os países dependentes de tais vias de comércio marítimo.

A IMSS (2015) ressalta o valor do estreito de Málaca para a Estratégia Naval da Índia:

Os Estreitos de Málaca e Singapura ligam o Oceano Índico ao Mar da China Meridional e Oceano Pacífico. Fornecendo o caminho mais curto desde o Golfo Pérsico até as regiões da Ásia Oriental e Pacífico Ocidental, é um ponto focal estratégico na ROI. Uma zona de navegação densa, onde mais de 70.000 navios transitam por ano. O ponto mais estreito é o trecho navegável de 1,5 MN de largura do Málaca & Phillip Channel no Estreito de Singapura (ÍNDIA, 2015a, p.21, tradução nossa)<sup>15</sup>.

Dessa maneira, o papel do Estreito de Málaca para a Estratégia Naval indiana merece destaque, pois é por onde passa um dos maiores fluxos marítimos do globo. A partir dessa compreensão, é razoável deduzirmos o valor estratégico do posicionamento das ilhas de AN em relação a esse ponto focal. Sob a perspectiva da Figura 5, é possível visualizarmos a cadeia de ilhas de AN como uma barreira natural para a extremidade norte do estreito de Málaca, desempenhando assim um importante papel para a segurança marítima indiana.

Na sequência desse capítulo, após a análise geográfica realizada, buscaremos destacar os principais interesses marítimos da Índia, bem como os desafios que nortearão as prioridades a serem dadas pela sua Estratégia Naval.

### **3.2 Os interesses marítimos da Índia na ROI e suas ameaças**

Apresentadas as características geográficas gerais do Oceano Índico, compreendendo a configuração de suas principais ilhas oceânicas, áreas litorâneas e vias de acesso, é essencial

---

<sup>15</sup> No original: *“The Straits of Malacca and Singapore link the Indian Ocean to the South China Sea and Pacific Ocean. Providing the shortest sea route from the Persian Gulf to East Asia/ West Pacific regions, it is a strategic choke point in the IOR. A dense shipping zone, more than 70,000 ships transit it each year. The narrowest point amongst the two straits is the 1.5 NM wide navigable stretch of the Malacca & Phillip Channel in the Singapore Strait”* (ÍNDIA, 2015a, p.21).



ressaltarmos o espaço marítimo prioritário para a Índia.

Segundo a IMSS (2015), a delimitação do entorno estratégico da Índia leva em consideração o gradativo impacto nos interesses marítimos do Estado indiano. Sendo assim, a região oceânica contígua à Índia encontra-se dividida em duas áreas prioritárias, denominadas *Área Primária* e *Área Secundária*, conforme podemos constatar na Figura 6.

Assim, é possível analisarmos as delimitações das referidas áreas sob a perspectiva dos pontos focais da ROI. O acesso à *Área Primária*, a partir do Mar da China, é realizado principalmente pelo estreito de Málaca, estando o referido ponto focal na interseção entre as duas zonas prioritárias da Índia.

Com base no contexto apresentado, podemos passar a descrever o significado da ROI para a Índia. Segundo Sojka (1983), é possível encontrarmos quatro interesses marítimos principais. O primeiro deles trata-se da proteção do seu território contra ameaças externas vindas pelo mar. Dessa maneira, a Índia continua defendendo o Oceano Índico como uma “Zona de Paz”, livre de ingerências externas que possam ameaçar as pretensões de Délhi.

O segundo interesse marítimo indiano se refere à pesca e à exploração de recursos minerais e energéticos na ROI (SOJKA, 1983). De acordo com o relatório estatístico da Organização das Nações Unidas sobre Alimentação e Agricultura de 2022, a Índia produziu em 2021 cerca de 5,0 milhões de toneladas de pescado oriundo de captura, ficando atrás apenas da China (13,1 milhões), Indonésia (7,2 milhões), Peru (6,6 milhões) e Rússia (5,2 milhões) (FAO<sup>16</sup>, na sigla em inglês). No tocante aos recursos minerais, vale destacarmos que a ROI se constitui como uma verdadeira fonte dessas riquezas, incluindo metais importantes para as indústrias indianas, que podem ser obtidos do solo e subsolo marítimos (ÍNDIA, 2015a).

O Comércio Marítimo constitui o terceiro interesse da Índia em relação ao mar. Com o desenvolvimento do Estado indiano, tendo o setor industrial desempenhado importante função impulsionadora, a Índia depende cada vez mais das vias marítimas para o escoamento de seus produtos, incluindo grande quantidade de petróleo, minerais, itens de elevado nível tecnológico e alimentos. Em contrapartida, a Índia exporta inúmeros produtos industriais e agrícolas (SOJKA, 1983).

Por fim, o uso do mar como via para o desenvolvimento da influência de Délhi sobre

---

<sup>16</sup> *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) é uma agência especializada das Nações Unidas que lidera os esforços internacionais para combater a fome (<<http://fao.org/about/en>>. Acesso em: 08 jun. 2023).

os demais Estados litorâneos constitui o quarto interesse marítimo da Índia. Com o emprego pacífico de suas Marinhas de Guerra e Mercante, bem como dos demais meios, a Índia deseja viabilizar os laços de cooperação com os demais países da ROI (SOJKA, 1983).

Nesse sentido, com o intuito de solidificar a liderança indiana perante os demais países do seu entorno, o então Primeiro Ministro Narendra Modi<sup>17</sup> anunciou em 2015 a nova visão da Índia voltada ao engajamento na ROI por intermédio da política *Security And Growth for All in the Region* (SAGAR) (DORAIBABU; GODBOLE, 2023). Assim, dentro dessa visão diplomática, a IMSS (2015) ressalta que:

Isso se refletiu na política “Look East”, em que a Marinha indiana é peça-chave no alcance diplomático dos países do leste e sudeste da Ásia [...]. A política “Look East” agora foi transformada em política “Act East”, para expandir o envolvimento e as relações da Índia com o Oriente, em todo o Indo-Pacífico, com ênfase na cooperação econômica e de segurança. Isso projetou ainda mais a visão do SAGAR, em 2015, como parte dos esforços da Índia para fortalecer as relações econômicas e desenvolvimento na ROI, de forma solidária e cooperativa (ÍNDIA, 2015a, p.23, tradução nossa)<sup>18</sup>.

De acordo com essa perspectiva, podemos observar que o posicionamento geográfico do arquipélago de AN, próximo dos Estados alvos da política indiana “Act East”, contribui sobremaneira com os objetivos diplomáticos de Délhi. Assim, é possível depreendermos que, devido a sua posição estratégica e, como elemento estático do Poder Naval, o arquipélago de AN tem papel significativo para os interesses marítimos da Índia.

Diante desse panorama, passaremos então a analisar as possíveis ameaças aos interesses marítimos indianos, buscando entender, a verdadeira necessidade da Índia atentar para os eventos em seu entorno.

Segundo a IMSS (2015): “as ameaças e desafios aos interesses marítimos da Índia emanam de fontes tradicionais e de fontes não tradicionais” (ÍNDIA, 2015a, p.32, tradução nossa)<sup>19</sup>. As fontes tradicionais se referem àqueles Estados capazes militarmente de competir

---

<sup>17</sup> Narendra Damodardas Modi nasceu em 1950, em Vadnagar, Índia. Antes de ser Primeiro Ministro da Índia (desde 2014 até os dias atuais), Modi exerceu o cargo de governador do estado de Gujarat, de 2001 até 2014 (SOUZA, 2023).

<sup>18</sup> No original: “This was reflected in the “Look East” policy, wherein the Indian Navy was a key instrument in India’s diplomatic outreach to countries in East and South-East Asia [...]. The “Look East” policy has now been transformed into the “Act East” policy, to expand India’s engagement and relations to its East, across the Indo-Pacific, with emphasis on economic and security cooperation. India has also launched Project Mausam in 2014, to renew the cultural links and contact among countries in the IOR. It has further projected the vision of SAGAR – ‘Security And Growth for All in the Region’, in 2015, as part of India’s endeavours to strengthen economic relations and development in the IOR, in a mutually supportive and cooperative manner” (ÍNDIA, 2015a, p.23).

<sup>19</sup> No original: “Threats and challenges to India’s maritime interests emanate from traditional and non-traditional sources” (ÍNDIA, 2015a, p. 32).

pelos mesmos interesses indianos, adotando postura adversária, e com reais possibilidades de tomar uma ação hostil (ÍNDIA, 2015a).

Vale salientarmos que, nos últimos anos, não observamos uma redução no potencial das fontes tradicionais, demandando da Índia uma constante atenção estratégica para se contrapor a qualquer ação hostil. Nesse sentido, os Estados com algum histórico de agressão possuem maior potencial de se tornar ameaças tradicionais. Desse modo, é possível indicarmos o Paquistão e a China como as duas principais fontes de ameaças tradicionais aos interesses nacionais da Índia, devido principalmente às disputas terrestres nas fronteiras entre esses Estados (DORAIBABU; GODBOLE, 2023).

No contexto marítimo, a China emerge como a principal ameaça estatal aos interesses de Délhi. O aumento do consumo chinês de petróleo proveniente da região do Golfo Pérsico revestiu o entorno indiano com um alto valor estratégico para a China. Visando assegurar suas linhas de comunicação marítima na ROI, a China elaborou uma estratégia de contenção da Índia, chamada “Colar de Pérolas”<sup>20</sup>, que inclui a construção de uma série de portos e estruturas marítimas na região, conforme apresentado na Figura 7 (REGIANI, 2018).

Ainda com relação à China, vale ressaltarmos a dependência do estreito de Málaca para seu tráfego marítimo, entendimento conhecido como “*Dilema de Málaca*”<sup>21</sup>. Ainda que Pequim tenha buscado alternativas<sup>22</sup> para mitigar a necessidade desse ponto focal, segundo Hamzah (2017), essa dependência continuará se mantendo como um ponto-chave para a China nas próximas décadas.

Portanto, dentro do contexto de presença na ROI, é possível compreendermos o relevante papel do arquipélago de AN para a Índia, contribuindo com o equilíbrio de forças diante da política chinesa do “Colar de Pérolas”. Segundo Mukherjee (2016), não inesperadamente, analistas chineses retrataram as ilhas indianas como uma “corrente de metal” que poderia trancar o estreito de Málaca.

---

<sup>20</sup> A teoria do “Colar de Pérolas” surgiu na década de 1990 e se refere a uma rede de instalações portuárias localizadas em pequenos Estados costeiros da ROI que a China utiliza para estabelecer sua presença militar. Através de investimentos em projetos de instalações secretas de vigilância, a China aproveita para monitorar a Marinha da Índia e as demais marinhas da região (COLLIN, 2016).

<sup>21</sup> O “*Dilema de Málaca*” da China origina-se da sua grande dependência do estreito de Málaca para o seu fluxo energético por via marítima (RAJA, 2019).

<sup>22</sup> 1-Oleodutos e gasodutos Trans-Mianmar da China; 2-Corredor econômico Paquistão-China para conectar o porto paquistanês Gwadar na ROI a região chinesa Xinjiang; 3-Um canal pelo istmo de Kra, na Tailândia; e 4-As rotas de comércio marítimo do ártico (HAMZAH, 2017).

Segundo a IMSS (2015), a Marinha da Índia encontra-se estruturada, equipada e modernizada para fazer frente às ameaças tradicionais à segurança marítima do Estado.

Não obstante, o crescimento nos últimos anos das atividades de ameaças não-tradicionais tem exigido o aprimoramento de um novo paradigma para a IMSS. Assim, mudanças na natureza das ameaças não tradicionais exigem correspondentes alterações estratégicas nas estruturas da Força, nos métodos de operação e na coordenação entre os mecanismos (ÍNDIA, 2015a).

O terrorismo marítimo, a pirataria, o roubo armado e as demais atividades irregulares no mar constituem as principais ameaças não-tradicionais para a Estratégia Naval da Índia (ÍNDIA, 2015a). Os estudos sobre tais ameaças, bem como suas consequências para a Segurança Marítima são amplos e abordá-los no âmbito dessa dissertação ultrapassaria o seu escopo.

Por fim, apesar de não fazer parte da classificação mencionada, vale ressaltarmos as ameaças naturais as quais a ROI encontra-se exposta. Segundo a IMSS (2015), a região e seu entorno formam uma área que concentra cerca de 70% de todos os desastres naturais do mundo, resultados de terremotos, tsunamis, ciclones e inundações. A Marinha da Índia tem assumido a vanguarda das últimas operações de *Humanitarian Assistance and Disaster Relief* (HADR) nas áreas costeiras, tanto na Índia quanto em apoio aos Estados vizinhos (ÍNDIA, 2015a).

A partir desse panorama, vamos, na próxima seção, discorrer as vantagens estratégicas do arquipélago de AN advindas de seu posicionamento geográfico na ROI que fazem do mesmo um elemento de elevado valor para a Estratégia Naval da Índia.

### **3.3 O Arquipélago de Andamão e Nicobar: Um posto avançado natural**

Conforme podemos observar na Figura 8, o arquipélago de AN encontra-se localizado no extremo sudeste do Golfo de Bengala, próximo a Mianmar, Indonésia e Tailândia. Composto por dois grupos de ilhas, Andamão ao norte e Nicobar ao sul, o arquipélago separa o Mar de Andamão, a leste, do Golfo de Bengala, a oeste (KHURANA, 2006).

Um canal de aproximadamente 145 Km de largura, conhecido como canal de dez graus (em referência à latitude 10° Norte), divide os dois grupos de ilhas. Outra importante passagem, no extremo oeste do estreito de Málaca, com aproximadamente 160 Km de largura,

é o canal de seis graus (latitude 6° Norte) ou grande canal, que separa o limite sul de Nicobar da ponta de Sumatra, na Indonésia. A extensão total de norte a sul das ilhas, estendendo-se por 7° (sete) graus de latitude, ou 450 MN, proporciona uma posição de domínio sobre o Golfo de Bengala (SINGH, 2021).

Devido a essa orientação geográfica na direção norte-sul, embora o arquipélago de AN encontre-se a uma distância aproximada de 1.200 Km do território indiano, seu extremo norte está a apenas 18 Km das ilhas Coco, em Mianmar, enquanto seu limite sul dista cerca de 160 Km da ponta de Sumatra, na Indonésia (KHURANA, 2006).

Economicamente, conforme podemos observar na Figura 9, as ilhas de AN contribuem com cerca de 30% da ZEE da Índia, incrementando assim as fontes de recursos naturais marinhos do país (KHURANA, 2006). Vale acrescentarmos ainda o prolongamento da área de abrangência dos direitos marítimos indianos à luz da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar da qual a Índia é signatária.

A partir desse ponto, buscaremos apresentar de maneira mais específica o papel estratégico do arquipélago de AN para a defesa dos interesses marítimos da Índia. Segundo o Almirante Singh (2018), as ilhas oferecem uma janela significativa de oportunidades para Délhi na direção sudeste da Ásia. O Almirante adiciona ainda que a posição do arquipélago é crucial, uma vez que se encontra centrado diante das rotas marítimas e dos pontos focais que conectam os oceanos Índico e Pacífico (SINGH, 2018).

Soma-se ao valor das ilhas de AN, a possibilidade advinda de seu posicionamento geográfico de monitoramento e controle do fluxo marítimo que atravessa o estreito de Málaca, uma das principais vias marítimas de comunicação do mundo. A localização favorece o emprego de radares, meios navais e vetores aéreos, como aeronaves remotamente pilotadas (ARP) capazes de proporcionar uma maior Consciência Situacional Marítima (CSM)<sup>23</sup>.

Antes considerada uma vulnerabilidade para a Índia, o afastamento do arquipélago de AN pode ser visto como uma vantagem estratégica. A defesa em profundidade proporcionada por sua posição estende o perímetro de segurança da Índia para mais de 700 MN. Essa capacidade contribui para antecipar a detecção de um ataque inimigo ao território indiano a partir do Oriente. Além disso, foram tomadas medidas adequadas para reforçar a sua defesa

---

<sup>23</sup> Entendimento dos acontecimentos militares e não militares, atividades e circunstâncias, dentro e associadas ao ambiente marítimo, que são relevantes para as atuais e futuras ações de um país, onde o ambiente marítimo são os oceanos, mares, baías, estuários, rios, regiões costeiras e porto (FARIA, 2012).

e a cadeia de ilhas pode agora desempenhar um papel maior para garantir os interesses vitais da Índia no Oriente além de simplesmente proteger-se (KHURANA, 2006).

Assim, é possível visualizarmos o arquipélago de AN como um posto avançado natural para apoiar o Poder Naval indiano. Contudo, vale destacarmos a necessidade de adequar o local com os recursos necessários para o seu efetivo emprego em benefício da Estratégia Naval indiana, buscando estar pronto para enfrentar as ameaças presentes na ROI.

No âmbito da política “*Act East*”, a proximidade dessas ilhas com o Sudeste Asiático amplia o engajamento com as demais Marinhas da região, construindo uma confiança mútua através das operações navais com seus vizinhos. Simultaneamente, essa proximidade permite à Índia um maior conhecimento dos desenvolvimentos político-militares na região, com influência direta na segurança nacional (KHURANA, 2006).

A centralidade do arquipélago de AN no Golfo de Bengala, aliada a sua considerável extensão norte-sul, tem o potencial de ser aproveitada para uma maior consciência situacional do espaço marítimo em seu entorno. Dessa forma, o combate às ameaças não tradicionais que atuam na região poderia ser mais efetivo, além de contribuir para manter a boa ordem no mar (KHURANA, 2006). De fato, a utilização da posição relativa ao Golfo de Bengala contribui para garantir a presença contínua naquela região mais afastada do território indiano.

Conforme mencionado, fenômenos naturais diversos, incluindo tsunamis, ameaçam as populações do entorno de AN. Portanto, é possível reconhecermos outra vantagem do posicionamento dessas ilhas, que possibilita uma rápida reação em operações HADR. Nesse sentido, Singh (2021) apresenta que, “com pistas de pouso já estabelecidas em algumas das ilhas e áreas de praia adequadas, o arquipélago possui uma posição central perfeita para o desenrolar das operações de HADR” (SINGH, 2021, p. 8, tradução nossa)<sup>24</sup>.

Singh (2021) acrescenta ainda que:

[...] com base em sua experiência com o tsunami que atingiu as ilhas em 2004, a Marinha empreendeu uma ampla gama de operações de HADR nos mares regionais, variando de grandes esforços de evacuação no Iêmen para aliviar a crise de água potável nas Maldivas e fornecer suprimentos de socorro para Sri Lanka, Bangladesh e Indonésia durante esses desastres naturais (SINGH, 2021, p. 8, tradução nossa)<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> No original: “*With already established airstrips in some of these islands and suitable beaching grounds, the Andaman & Nicobar Islands provides a perfect nodal center for Human Assistance and Disaster relief operations (HADR) operations*” (SINGH, 2021, p.8).

<sup>25</sup> No original: “[...] *building on its 2004 tsunami relief experience, the Navy has undertaken a wide range of HADR operation in the regional seas, ranging from major evacuation efforts in Yemen to alleviating the drinking water crisis in the Maldives and providing relief supplies to Sri Lanka, Bangladesh, and Indonesia during these natural disasters*” (SINGH, 2021, p.7).

A partir desse panorama inicial sobre o valor estratégico do arquipélago de AN, na próxima seção, aprofundaremos a abordagem sobre a realidade a ser confrontada no capítulo 4. Nessa ocasião, será enfatizado o aproveitamento militar das referidas ilhas como instrumentos da Estratégia Naval da Índia, especialmente entre 2001 e 2022.

### **3.4 Andaman & Nicobar Command (ANC): Um porta-aviões inafundável**

Sob o ponto de vista político, o arquipélago de AN se tornou um *Território da União*<sup>26</sup> em 1956. Mas somente em 1962, após a agressão chinesa<sup>27</sup>, foi dado o primeiro passo para o aproveitamento militar das ilhas, com a instalação de uma Base Naval avançada no local. Assim, um oficial da Marinha da Índia foi designado para guarnecer em Port Blair, exercendo o Cargo de *Resident Naval Officer* (RNO). Posteriormente, os primeiros militares da Marinha da Índia chegaram em Port Blair e em Kamorta (localizada no grupo de ilhas Nicobar), sendo o cargo de RNO renomeado para *Naval Officer-in-Charge, Andaman & Nicobar Islands* (NOIC A&N) (SINGH, 2018).

Sendo assim, a partir de 1964, com o comissionamento da Base Naval *Indian Navy Ship* (INS) *Jarawa*<sup>28</sup>, a Índia vem incrementando o poder militar das ilhas, buscando aproveitar as vantagens estratégicas do seu posicionamento geográfico (HIRANANDANI, 2012).

Foi nesse contexto que, com as alterações na estrutura de Defesa da Índia, incentivadas pelo conflito de Kargil (1999)<sup>29</sup>, um Estado-Maior de Defesa integrado foi criado em AN, em outubro de 2001. Esse foi o primeiro Comando Conjunto das três Forças Armadas indianas na história da Índia, substituindo o então Comando único da Marinha (SINGH, 2018). Sendo assim, até o governo da Índia estabelecer o *Andaman & Nicobar Command* (ANC) na capital local, Port Blair, as ilhas ocuparam uma posição marginal na consciência estratégica da

---

<sup>26</sup> Parte da divisão administrativa da República da Índia. Diferente dos demais Estados do país, com governo próprio, a administração dos territórios da união pertence ao governo federal (RAIKAR, 2022).

<sup>27</sup> A Guerra Sino-Indiana de 1962 ocorreu nos meses de outubro e novembro e envolveu a disputa da região de *Aksai Chin*, ao longo da fronteira entre os dois países (BRITANNICA, 2023a).

<sup>28</sup> Comissionada em 1964, a Base Naval INS Jarawa foi o primeiro estabelecimento militar comissionado em Port Blair, no arquipélago de Andamão e Nicobar, desde a independência da Índia. Com a criação do ANC em 2001, INS Jarawa foi designada para prover o apoio administrativo necessário além de suas atividades operativas afetas ao componente naval (SINGH, 2018).

<sup>29</sup> A Guerra de Kargil ocorreu entre os meses de maio e julho, em 1999, entre Paquistão e Índia, em Kargil, um setor da disputada região de Caxemira ao longo da linha de controle que demarca as porções administradas por ambos os países. O conflito é considerado o maior e mais mortal dos confrontos ocorridos nesse setor (BRITANNICA, 2023b).

Índia (SMITH, 2014). Esse constitui o motivo da escolha do ano de 2001 como o marco inicial desse estudo.

Constituído pelas três Forças Armadas (Marinha, Exército e Força Aérea) e pela Guarda Costeira indiana, segundo Mukherjee (2016), ANC pode ser visto como um “porta-aviões inafundável”, com seu valor estratégico representado pela sua capacidade de intervenção sobre a região de interseção entre os oceanos Índico e Pacífico.

Apesar do ANC possuir os componentes terrestres e aéreos (Exército e Força Aérea) em sua estrutura, é possível mantermos o enfoque da Estratégia Naval de sua análise, dada a natural predominância do ambiente marítimo em que se encontra. Nesse contexto, é possível ainda tratarmos esses instrumentos como elementos essenciais de apoio ao componente Naval instalado pela Marinha da Índia. Assim, essa interoperabilidade entre as três forças otimiza o emprego do aparato militar disponível em ANC em prol da Estratégia Naval da Índia.

No que concerne aos aspectos operativos relacionados ao ANC, destacamos sua Área de Responsabilidade que, conforme apresentada na Figura 10, inclui os territórios insulares e seu espaço aéreo sobrejacente. Soma-se a área marítima limitada pela linha que conecta a fronteira tríplice (Índia, Bangladesh e Mianmar) ao ponto de coordenadas 18°N e 91,5°L para o sul, até cruzar o paralelo do equador e, para leste, ao longo deste paralelo, até o meridiano de 100°L (SINGH, 2018).

Ainda no contexto operacional, vale mencionarmos as principais responsabilidades de ANC, segundo Singh (2018): Defender a integridade territorial da Índia nas águas e no espaço aéreo do arquipélago de AN; exercer o Comando e Controle sobre todos os elementos das três Forças e da Guarda Costeira baseados em AN; garantir a liberdade do comércio marítimo entre os oceanos Pacífico e Índico, próprio e de seus aliados, contra ameaças aéreas e de superfície; monitorar as *Sea Lines of Communications* (SLOC) em sua Área de responsabilidade; conduzir planejamentos conjuntos para o emprego estratégico dos meios aéreos, marítimos e terrestres; conduzir análise e implementação das necessidades básicas de infraestruturas dependentes dos Planos de Contingência; coletar dados de inteligência com ênfase nas questões de segurança marítima, bem como a avaliação regular das ameaças; e auxiliar as autoridades civis locais através do apoio nos casos de deficiência de serviços básicos, garantia da lei e da ordem e por ocasião de desastres naturais.

Dessa forma, podemos evidenciar o valor do ANC para o atingimento dos objetivos delineados pela Estratégia Naval indiana visando atender os interesses marítimos de Délhi.



No contexto diplomático, de acordo com a IMSS (2015), a cooperação entre as nações contribui para moldar um ambiente marítimo mais amplo capaz de conter as ameaças de uma área. Tais esforços dependem em grande parte do desempenho das forças marítimas de combate, sendo um dos principais instrumentos de condução da diplomacia marítima. Nesse sentido, a interação com as Marinhas dos diferentes países presentes na região será priorizada no intuito de mitigar as preocupações relacionadas às ameaças tradicionais e abordar as ameaças não-tradicionais para atingir o benefício mútuo (ÍNDIA, 2015a).

Ainda nessa perspectiva, nenhuma Marinha do mundo, diante de tantas ameaças, é capaz de cuidar de sua vasta área marítima de interesse sozinha, sendo a cooperação naval, fruto de uma vibrante diplomacia, o fator mais importante (DORAIBABU; GODBOLE, 2023).

Sendo assim, os exercícios militares com as marinhas estrangeiras desenvolvidos no âmbito do ANC constituem uma alternativa seguida pela Marinha da Índia para atender aos interesses diplomáticos indianos. Além do mais, possibilitam a comparação das capacidades militares indianas em relação aos padrões internacionais.

O *Indian Ocean Naval Symposium* (IONS)<sup>30</sup> e a série de exercícios navais MILAN<sup>31</sup> são exemplos dessas medidas. Desenvolvidas na área marítima do entorno do arquipélago de AN e empregando as capacidades navais estabelecidas no ANC, tais iniciativas buscam fortalecer a cooperação com as demais marinhas regionais (DORAIBABU; DOGBOLE, 2023).

Nesse contexto, destacamos algumas operações militares desenvolvidas na região marítima do entorno das ilhas oceânicas de AN, sob a subordinação do ANC, de 2001 a 2022. Essas atividades visam o propósito mencionado na IMSS de contribuir com a diplomacia e com a demonstração de força da Marinha da Índia por meio do componente naval posicionado no arquipélago de AN. Assim, a operação AMPHEX, o maior exercício anfíbio envolvendo as três Forças Armadas da Índia e a sua Guarda Costeira, passou a ser conduzido na área marítima do grupo de ilhas de AN desde 2018. Outro exercício que passou a ser realizado a partir de 2014

---

<sup>30</sup> Concebido e ativado pela Marinha da Índia em 2008, o *Indian Ocean Naval Symposium* (IONS) atua como um fórum regional voltado para a cooperação entre a Marinha da Índia e as demais Marinhas do Oceano Índico visando o engajamento construtivo para revisar e incrementar a segurança marítima da ROI diante da variedade complexa de desafios presente (ÍNDIA, 2015a).

<sup>31</sup> Em hindi, a palavra “MILAN” significa “unificação”, ou “um encontro”, ou “uma reunião de pessoas”, sendo o nome dado à interação operacional realizada a cada dois anos, em Port Blair, entre a Marinha da Índia e as demais Marinhas regionais. A operação constitui uma série de exercícios militares na região das ilhas de Andamão e Nicobar em que os participantes enviam seus navios, aeronaves e delegações. A primeira versão foi realizada em 1995 com apenas cinco (5) marinhas e que veio crescendo ao longo dos anos passando a envolver dezessete (17) marinhas por ocasião da 9ª versão, em 2014 (ÍNDIA, 2015a).

foi o *Jal Prahar* visando alinhar as doutrinas das forças de segurança envolvidas para retomada das ilhas em situações de invasão inimiga vinda do mar. O exercício *Jal Prahar* serve ainda para validar os procedimentos militares para as Operações Anfíbias (DORAIBABU; GODBOLE, 2023).

O *Defence of Andaman and Nicobar Islands Exercise* (DANX), conduzido desde 2017, tem por objetivo validar os Planos de Defesa emitidos pelo ANC visando a manutenção da integridade territorial das ilhas (DORAIBABU; GODBOLE, 2023).

No contexto das Operações multilaterais envolvendo outras Marinhas da região de AN, encontra-se a SITMEX (Singapura, Índia e Tailândia), realizada anualmente desde 2019, com o objetivo de aumentar a interoperabilidade entre os países participantes. A primeira versão (2019) foi coordenada pela Marinha da Índia por intermédio do componente naval do ANC (ÍNDIA, 2023).

Ainda no escopo do ANC ocorre anualmente, desde 2002, a Operação Bilateral *India-Indonesia Coordinated Patrol* (IND-INDO CORPAT) que auxilia ambas as Marinhas a compreender os procedimentos operacionais de cada uma e aumentar a interoperabilidade, facilitando a prevenção e a repressão de ameaças não tradicionais como pesca ilegal, tráfico de drogas, terrorismo marítimo e pirataria (ÍNDIA, 2023).

Esses são apenas alguns exercícios que demonstram a interoperabilidade com as demais Marinhas da região proporcionada pela estrutura instalada em ANC.

Considerando o período selecionado para nossa pesquisa, buscaremos destacar, a partir deste ponto, os principais incrementos militares realizados pela Marinha da Índia na área de subordinação do ANC.

Assim, com o objetivo de incrementar a capacidade de monitoramento e combate do ANC, ocorreu o comissionamento da oitava Base Aeronaval da Índia, a INS *Baaz*, em Campbell, no conjunto de ilhas Nicobar, em 2012. Localizada a cerca de 300 MN ao sul de Port Blair, a INS *Baaz* é considerada a base aérea militar localizada mais ao sul da Índia (ÍNDIA, 2015b). Em janeiro de 2019, a INS *Kohassa*, terceira base aeronaval indiana em AN, foi comissionada em Diglipur, nas ilhas Andamão. Ambas as estruturas contribuem para elevar a capacidade de defesa aérea do arquipélago (DORAIBABU; GODBOLE, 2023). Podemos constatar na Figura 11 o posicionamento geográfico das referidas bases ao longo das ilhas de AN.

Em 2022, dando continuidade ao fortalecimento do componente naval do ANC, foi inaugurado o Esquadrão *Indian Naval Air Squadron* (INAS - 325), na Base Aeronaval INS *Utkros*, em Port Blair. As aeronaves instaladas nesse local contribuirão para o incremento da

capacidade de vigilância e *Search and Rescue* (SAR) de longo alcance do ANC, além de fortalecer as capacidades militares na região (ÍNDIA, 2022).

Diante do incremento da capacidade aeronaval de ANC apresentado, é possível depreendermos a prioridade atribuída pela Marinha da Índia na sua capacidade de controle aéreo das linhas de comunicação marítima da região e de seus pontos estratégicos.

Em complemento ao contido nos parágrafos anteriores, é oportuno acrescentarmos que, visando incrementar a eficiência das operações logísticas no arquipélago, em 2020, foi estabelecido um destacamento logístico em Port Blair. Tal estrutura não presta apoio apenas à região de Port Blair, mas envolve uma área de aproximadamente 700 MN, de norte a sul, incluindo outras unidades como a *INS Kohassa* (Diglipur), *37 Wing AF* (Carnic), *INS Kardip* (Kamorta) e *INS Baaz* (Campbell Bay). Além disso, um esforço considerável foi empreendido para prover reabastecimento às unidades em várias partes das ilhas, possibilitando a permanência e as operações sustentadas (DORAIBABU; GODBOLE, 2023).

Ainda em relação ao poder de combate desenvolvido pelo ANC, é possível destacarmos o sucesso alcançado durante os testes de lançamento de mísseis de cruzeiro supersônico<sup>32</sup> a partir das ilhas de AN (KUMAR, 2022). Essa capacidade instalada na estrutura do ANC, ampliando o raio de ação bélico, aumenta o potencial militar de autodefesa e seu poder dissuasório na região.

Em 2020, outro importante advento veio aumentar as estruturas logísticas e militares do ANC, a operacionalização de dois diques flutuantes em Port Blair, totalmente disponíveis para operações de atracação e manutenção de navios. O papel principal de tais estruturas é servir à ANC como plataforma para docagem de navios de guerra e de outras embarcações para reparos (DORAIBABU; GODBOLE, 2023).

Os investimentos realizados pelo Governo da Índia também foram marcantes, conforme apresenta Ghosh (2020):

Na Baía de Bengala, a Índia modernizou as instalações nas Ilhas Andamão e em uma base em Campbell Bay, nas Ilhas Nicobar. Em 2019, foi finalizado um plano de desenvolvimento de infraestrutura no valor de 56,5 bilhões de INR, destinado a permitir que navios de guerra, aeronaves, tropas e drones adicionais sejam estacionados nas ilhas Andamão e Nicobar (GHOSH, 2020, p.148, tradução nossa)<sup>33</sup>.

<sup>32</sup> Significa que o mesmo percorre a distância até o alvo em uma velocidade superior ao som, reduzindo as chances de autodefesa inimiga, aumentando assim a probabilidade de causar danos no alvo (KUMAR, 2022).

<sup>33</sup> No original: *“In the Bay of Bengal, India has modernized facilities in the Andaman Islands and at a base in Campbell Bay in the Nicobar Islands. In 2019, an infrastructure development plan worth 56.5 billion INR aimed at allowing additional warships, aircraft, troops, and drones to be stationed in the Andaman and Nicobar Islands was finalized”* (GHOSH, 2020, p.148).

A seguir, apresentaremos as conclusões parciais, realçando os pontos mais significativos do ambiente estratégico que cerca a Índia e a importância de se desenvolver uma Estratégia Naval firme e atenta às principais ameaças que possam dificultar a conquista e a manutenção dos interesses marítimos indianos.

### **3.5 Considerações parciais**

Com base na análise do ambiente estratégico da ROI realizada nas seções anteriores e das ameaças que desafiam os interesses marítimos indianos, é razoável deduzirmos parcialmente que a firme presença do Poder Naval da Índia em seu entorno é crucial.

Nesse sentido, a posição estratégica do arquipélago de AN, como um posto avançado natural, confere-lhe um papel de extrema relevância para o atendimento das aspirações marítimas da Índia. Além disso, vale ressaltarmos a significativa proximidade das ilhas com o estreito de Málaca, importante ponto focal para o comércio marítimo global e essencial para que a China consiga atender os seus interesses na região.

Dentro desse contexto, a criação do ANC em 2001 veio corroborar com a perspectiva de aproveitamento do valor estratégico do arquipélago de AN. Desde então, percebemos um considerável incremento da capacidade militar nas ilhas, aprimorando as estruturas já existentes e criando novas instalações militares.

O esforço da Índia para o fortalecimento das relações diplomáticas com os demais Estados costeiros da ROI possibilita identificar outra forma de aproveitamento do ANC pela Marinha indiana. Trata-se dos diversos exercícios navais realizados no entorno do arquipélago de AN que fazem uso de suas estruturas militares e contribuem significativamente para o incremento da interoperabilidade entre as marinhas participantes. Além disso, essas operações corroboram decisivamente com a Política “*Act East*” voltada para o aumento das relações com os demais Estados do Oriente.

Diante desse panorama e considerando os preceitos teóricos de Vego, no próximo capítulo buscaremos confrontar as evidências relacionadas ao emprego do arquipélago de AN pela Marinha da Índia, de 2001 até 2022, com os aspectos teóricos de Vego.

#### 4 O APROVEITAMENTO DE ANDAMÃO E NICOBAR À LUZ DAS TEORIAS DE VEGO

De acordo com o desfecho do capítulo 2, constatamos a existência de seis fundamentos teóricos que sedimentam o pensamento do professor Vego no que tange ao emprego das ilhas oceânicas como meios da Estratégia Naval. Assim, neste capítulo, será realizada a confrontação entre esses conceitos teóricos e o aproveitamento do arquipélago de AN pela Marinha da Índia, especialmente no período entre 2001 e 2022. Dessa maneira, os princípios teóricos selecionados serão analisados individualmente a fim de permitir o gradual desenvolvimento do processo de verificação da correspondência existente com os fatos examinados no capítulo 3.

Sendo assim, o primeiro conceito teórico do pensamento do professor Vego que assinalamos refere-se à importância das ilhas oceânicas como uma extensão natural do território do Estado costeiro. Essa característica, quando explorada para fins militares e diplomáticos, possibilita a projeção de poder e influência para além dos seus limites continentais.

Antes de analisarmos a capacidade do arquipélago de AN em contribuir para a projeção de poder da Índia, buscaremos especificar esse conceito. A projeção de poder (ou projeção de força) é um termo usado para nos referirmos ao potencial de um Estado projetar o instrumento militar do seu Poder Nacional, em resposta aos requisitos para as operações militares, em uma área distante do seu próprio território (DOD, 2021).

Considerando o contexto geográfico das ilhas oceânicas, é razoável enfocarmos no entendimento acerca da Projeção do Poder Marítimo. Neste caso, destaca-se a projeção de poder no ambiente marítimo por meio de um amplo espectro de operações militares ofensivas para combater as forças navais inimigas ou o seu apoio logístico. Soma-se ainda o propósito de evitar que as forças oponentes se aproximem a uma distância suficiente para nos colocar dentro do alcance de suas armas (DOD, 2021).

Como observamos no capítulo 3, as ilhas de AN encontram-se a cerca de 1.200 Km a leste da costa indiana, bem próximas a uma das mais importantes rotas marítimas do globo, o estreito de Málaca. Percebemos ainda que, sob a ótica da segurança marítima, a Índia vem buscando aproveitar as vantagens advindas da posição avançada do arquipélago. Nesse contexto, identificamos algumas características marcantes de projeção de poder proporcionadas pelas ilhas oceânicas de AN para a Índia.

A Marinha da Índia, por intermédio do ANC, realiza diversos exercícios militares com outras marinhas daquela região. Essas operações, além de reforçar as relações com os demais Estados costeiros, proporcionam alguns outros benefícios. Além de contribuir com a projeção das capacidades militares indianas, as operações desenvolvidas pelo componente naval do ANC aprimoram suas habilidades operacionais. Além disso, auxiliam na absorção das melhores práticas e procedimentos, possibilitando o aumento do seu aprendizado doutrinário. Os exercícios também representam um instrumento de comparação das capacidades indianas com relação aos padrões internacionais, além de desenvolver amizade e respeito mútuos (ÍNDIA, 2015a).

Podemos acrescentar ao valor de tais exercícios militares no mar a capacidade de aumentar a interoperabilidade e a prontidão operacional em face dos desafios gerados pelas ameaças tradicionais e não-tradicionais à segurança marítima da Índia (DORAIBABU; GODBOLE, 2023).

Ainda no campo da projeção de força, vale destacarmos a extensa disponibilidade de recursos físicos e de espaço terrestre no arquipélago de AN que são aproveitados para o incremento de suas capacidades militares. De acordo com Kaul (2015), com pistas de pouso nestas ilhas, pode não haver necessidade de manter um porta-aviões indiano fundeado na Baía de Bengala.

Nessa perspectiva, notamos que a instalação de bases navais e aeronavais pela Marinha da Índia sinaliza uma iniciativa voltada para fortalecer a capacidade indiana de projeção de poder. Assim, presenciamos a existência de uma considerável estrutura do componente naval de ANC distribuída pelas diversas bases navais e aeronavais espalhadas pelas ilhas, além de novos comissionamentos sendo realizados.

Não ressaltamos no escopo dessa dissertação a parcela militar composta pelas demais Forças Armadas e a Guarda Costeira indianas componentes do ANC. Embora suas operações, a partir das ilhas oceânicas, tenham estreita relação com a Estratégia Naval da Índia, nosso estudo se limita ao emprego do arquipélago de AN na ótica da Marinha da Índia, ou seja, seu componente naval. Esse fato não exclui a possibilidade de considerarmos o apoio das demais Forças Armadas e da Guarda Costeira às atividades da Marinha da Índia em ANC.

Outra oportunidade de projetar poder com a estrutura militar instalada nas ilhas de AN trata-se da possibilidade de prestar ajuda humanitária aos países vizinhos. Com base na experiência adquirida durante o tsunami de 2004, a Índia pode utilizar essas atividades para

fortalecer a confiança em suas relações com os demais Estados da região.

É possível identificarmos ainda que, além de representar o próprio poder da Índia projetado, o ANC detém a capacidade de prestar apoio logístico às forças navais da Marinha da Índia, permitindo estender sua permanência na região focal do estreito de Málaca. Ou seja, a projeção de poder, nesse caso, não se manifestaria apenas pelas estruturas militares próprias instaladas nas ilhas, mas também pelos meios navais da Marinha da Índia que, estando baseados no continente, poderiam contar com o suporte avançado do ANC.

Com isso, é possível observarmos o aproveitamento das ilhas de AN pela Marinha da Índia como instrumento de projeção de poder para além de suas fronteiras marítimas, havendo assim aderência entre as evidências constatadas e o primeiro conceito teórico que discriminamos.

Para darmos prosseguimento a nossa confrontação, o segundo fundamento selecionado refere-se ao entendimento de Vego sobre o papel desempenhado pelas posições estratégicas no mar. Segundo o professor, tais posições possibilitam que as forças nelas instaladas controlem e ataquem as forças oponentes. Para a análise desse aspecto, devemos observar que Vego destaca duas capacidades principais para as posições serem consideradas estratégicas: o controle e o ataque. Sendo assim, buscaremos apresentar a nossa análise dentro desses dois argumentos.

Inicialmente, no que se refere à capacidade de controle, observamos que a Estratégia Naval da Índia vem buscando aproveitar o valor estratégico de AN na ROI por meio de algumas medidas. O posicionamento geográfico das ilhas permite um notável monitoramento do fluxo marítimo de um dos principais pontos focais do globo, o estreito de Málaca. A criação de novas bases aeronavais e o aperfeiçoamento das atuais instalações demonstram que a Marinha da Índia busca maximizar as vantagens desse posicionamento por meio de um notável sistema de vigilância aérea do espaço marítimo, conforme podemos observar na Figura 12. Nesse sentido, Kaul (2015) ressalta que as pistas de pouso nas ilhas Car Nicobar (Port Blair), Diglipur (norte de Andamão) e em Campbell Bay (ilhas de Nicobar), oferecem uma ampla cobertura para vigilância aérea.

Dessa maneira, com uma elevada CSM do principal acesso ao Oceano Índico desde o Pacífico Ocidental, é razoável afirmarmos que a primeira parte desse aspecto teórico, ou seja, a capacidade de controle dos movimentos das forças oponentes, é confirmado no caso das ilhas de AN.

Com relação à capacidade de ataque do ANC às forças oponentes, é possível verificarmos uma ampla cobertura das armas assentadas nas ilhas, com sólidas possibilidades de ser incrementadas. As novas estruturas e meios militares, que vem sendo desenvolvidos pela Marinha da Índia no arquipélago, ampliam o seu poder de combate e alcance. Esses desenvolvimentos permitem ainda reduzir o tempo de resposta a qualquer atitude hostil contra as ilhas ou contra o território indiano.

Ainda nesse contexto, é possível notarmos que, atualmente, a China representa a principal ameaça tradicional aos interesses marítimos da Índia. Com forte dependência dos recursos oriundos do Golfo Pérsico, Pequim vem buscando garantir a liberdade de navegação das vias marítimas que circulam no estreito de Málaca. Essa particularidade foi bem representada por Vázquez (2013):

A China depende desesperadamente de um cordão umbilical que se estende desde o Golfo Pérsico e o Mar Vermelho até seus portos. Através deste cordão umbilical, chegam a China enormes quantidades de hidrocarbonetos árabes, persas, sudaneses, nigerianos, etc. O Colar de Pérolas segue fielmente estas rotas, a uma distância mais ou menos prudencial. Segue-se que quem controla o Índico, tem em suas mãos a chave da economia chinesa. Bastaria bloquear este cordão umbilical em algum de seus pontos mais vulneráveis (inevitável pensar no estreito de Málaca) para colocar o gigante asiático de joelhos por estrangulamento (VÁZQUEZ, 2013, p.141).

Como podemos depreender das considerações de Vázquez, a presença militar representada pelas forças navais indianas no arquipélago de AN constitui uma ferramenta de extremo valor estratégico para a Índia, permitindo que a mesma ameace ou realize um bloqueio à principal via marítima chinesa. Dessa forma, na disputa pela hegemonia na ROI com a China, a capacidade de combate instalada no conjunto de ilhas de AN desempenha papel crucial.

Ainda no contexto da capacidade de ataque às forças inimigas, as ilhas de AN podem ser utilizadas como pontos avançados de lançamento de armas, proporcionando uma capacidade de defesa considerável contra hostilidades de qualquer ameaça da região. Um navio de guerra é conhecido como o símbolo da ferramenta diplomática de uma nação e, com sua vantagem geográfica, o arquipélago de AN pode ser visualizado como um “porta-aviões inafundável” (SINGH, 2021).

Assim, podemos perceber a conexão também com a segunda parte do fundamento teórico de Vego, ou seja, de que a posição estratégica do arquipélago de AN, somada a capacidade militar disponível pelo ANC, permite o ataque às forças oponentes. Logo, é



possível confirmarmos que as medidas de preparação e emprego tomadas pela Marinha da Índia com relação ao arquipélago de AN, de 2001 a 2022, tem aderência com o segundo fundamento estudado.

Avançando para o terceiro aspecto mencionado por Vego, temos que dentre os vários fatores que interferem no valor militar de um determinado ponto geográfico encontram-se as forças bélicas instaladas, seus recursos disponíveis e o peso estratégico de sua posição.

No tocante a localização do arquipélago de AN, diante dos fatos analisados anteriormente, é razoável deduzirmos a sua enorme contribuição para o valor militar das estruturas combatentes instaladas nas ilhas. Sob essa perspectiva, voltamos ao Almirante Mahan para destacar que o valor militar de uma posição é consideravelmente elevado quando se encontra próxima às rotas marítimas comerciais. Mesmo tratando-se apenas de vias marítimas imaginárias, existentes fisicamente apenas nos traços das cartas náuticas, mas com intenso fluxo de navegação que se repetem. Porém, quando a posição estiver próxima de cruzamento de rotas marítimas, seu valor será incrementado consideravelmente. Por fim, o valor estratégico da posição se torna mais elevado quando a configuração da costa obriga a convergência da rota marítima, como ocorre com os estreitos (MAHAN, 1911). Percebemos assim, que essa última observação de Mahan está em consonância com a relação entre as ilhas de AN e o estreito de Málaca, confirmando o seu valor estratégico.

Com relação à disponibilidade de recursos, é conveniente destacarmos a existência de espaço físico suficiente para a instalação de bases navais e aeronavais nas ilhas. Podemos assim, inferir que essa característica também possibilita o desenvolvimento de um esforço militar considerável, como comprovamos pelas medidas adotadas pela Marinha da Índia. Esse fato corrobora novamente com o incremento do valor militar do arquipélago.

Por fim, no que se refere às forças militares estabelecidas no arquipélago de AN, percebemos que, mesmo havendo margem para o seu incremento, o componente naval do ANC operando a partir das ilhas proporciona um considerável potencial bélico. No entanto, navios de guerra subordinados ao ANC reforçariam o valor militar das ilhas. Para superar essa limitação, a estrutura logística de AN permite a operação na área de responsabilidade de ANC de meios navais mais poderosos que atualmente encontram-se baseados no continente.

Por conseguinte, é possível deduzirmos que o conjunto formado pelo posicionamento estratégico, força militar instalada e disponibilidade de recursos conferem ao arquipélago de AN um elevado valor militar, com grandes possibilidades de fazer frente às ameaças presentes

na ROI. Notamos assim, que há também correspondência entre a realidade e este terceiro fundamento de Vego.

O quarto conceito teórico de Vego que selecionamos refere-se à capacidade das forças militares nas ilhas oceânicas ameaçarem as linhas de comunicação inimigas em uma curta distância. Poderíamos antecipar o resultado da análise desse aspecto apenas com o que já foi amplamente abordado ao longo das considerações anteriores sobre o posicionamento estratégico do ANC relativo às principais SLOC que passam pelo estreito de Málaca. Porém, buscando aprofundar nossa abordagem, vale lembrarmos uma das atribuições do ANC mencionadas anteriormente por Singh (2018): “Monitorar e patrulhar as SLOC em sua designada área de responsabilidade” (SINGH, 2018, p. 302, tradução nossa)<sup>34</sup>. Dessa maneira, devido principalmente à sua proximidade com o estreito de Málaca, a capacidade do ANC atingir as SLOC inimigas não apenas é possível como também se encontra formalizada.

Considerando o papel da China como principal ameaça aos interesses marítimos indianos na ROI, ressaltamos que as linhas de comunicação marítima vitais para Pequim passam pelo estreito de Málaca. Essas SLOC desempenham uma função primordial para a economia chinesa, pois é por onde circula maior parte de seus produtos e recursos energéticos vindos da região do Golfo Pérsico.

Assim, observando o posicionamento do arquipélago de AN em relação às SLOC do estreito de Málaca, é possível identificarmos uma sólida possibilidade da Índia atacar as vias marítimas inimigas por meio das forças militares do ANC.

Ademais, a considerável vulnerabilidade indiana em sua fronteira terrestre com a China pode ser equilibrada pela capacidade de controle do acesso ao estreito de Málaca a partir do arquipélago de AN. Assim, no caso de ataque terrestre pela China, a Índia é capaz de atingir a economia chinesa através do ataque de suas linhas de comunicação. Nesse sentido, Kaul (2015) argumenta:

No equilíbrio militar geral entre o Exército de um lado e a Marinha de outro, com a Força Aérea comum a ambos, a Índia é vulnerável na frente terrestre. Com relação particularmente à China, a Índia deve ser capaz de controlar a entrada ocidental do estreito de Málaca visando garantir que, em caso de ataque chinês na fronteira terrestre indiana, a Índia seja capaz de sufocar/bloquear a entrada de Málaca, parando assim os navios que transportam petróleo e outros itens valiosos (KAUL, 2015, p. 134, tradução nossa)<sup>35</sup>.

<sup>34</sup> No original: “*To monitor and patrol Sea Lanes of Communications (SLOCs) in the designated zone of responsibility*” (SINGH, 2018, p.302).

<sup>35</sup> No original: “*In the overall military balance between the army on the one side and navy on the other, with the air force common to both, India is vulnerable on the land front. With particular reference to China, India*

Sendo assim, é possível deduzirmos que a evidência constatada com a real possibilidade de emprego das ilhas de AN como meio para atacar as linhas de comunicação inimigas corresponde ao quarto fundamento teórico selecionado.

Continuando a análise da relação entre as evidências e os conceitos teóricos de Vego, o quinto fundamento afirma que as estruturas militares instaladas em ilhas oceânicas possuem maior facilidade de defesa contra um ataque inimigo do que um outro local no continente. Milan Vego pauta seu pensamento na ideia de que para defender uma posição insular é necessário apenas evitar ataques oriundos do mar ou do ar, enquanto que uma posição litorânea requer um componente adicional de defesa das fronteiras terrestres.

Sob esse aspecto, é possível inferirmos que, no caso de um ataque hostil às ilhas de AN, o inimigo empregaria inicialmente seus meios aéreos e marítimos para enfraquecer as forças de defesa do arquipélago. Somente após esse desgaste, será tentado um possível desembarque terrestre. Por outro lado, a defesa de uma posição na costa estaria vulnerável também às ofensivas inimigas por suas fronteiras terrestres, exigindo, assim, um maior esforço militar.

Dentro dessa perspectiva, é possível constatar uma vulnerabilidade intrínseca à proteção das ilhas de AN, mas que a Marinha da Índia vem buscando contornar desde 2001, conforme afirma Khurana (2006):

Proteger as ilhas de AN amplamente espalhadas sempre foi uma tarefa árdua. Além disso, o recém instituído ANC tinha meios muito limitados à sua disposição. Os níveis de força foram aumentados progressivamente [...]. Os incidentes de caça furtiva por pescadores estrangeiros tiveram um declínio significativo: os números de apreensão de 64 barcos e 646 caçadores furtivos, em 2000, caíram para 38 e 271 respectivamente, em 2002. Com a aquisição dos Veículos Aéreos Não Tripulados Israelenses (VANT) em 2002, a vigilância marítima melhorou ainda mais (KHURANA, 2006, p. 173, tradução nossa)<sup>36</sup>.

Apesar das dificuldades inerentes à extensão territorial e conformação geográfica do conjunto de ilhas, é possível percebermos que, desde de 2001 até 2022, a Marinha da Índia

---

*should be able to control the western entrance in Straits of Malacca to ensure that in case of a Chinese attack on the Indian land border, India should be able to choke/blockade the Malacca entrance thereby stopping oil bearing ships and other valuable items” (KAUL, 2015, p. 134).*

<sup>36</sup> No original: “Securing the widely scattered islands of the A&N was always an arduous task. Besides, the newly instituted ANC had very limited assets at its disposal. However, the force levels were progressively augmented [...]. The incidents of poaching by foreign fishermen saw a significant decline – the apprehension figures of 64 boats and 646 poachers in 2000 came down to 38 and 271 respectively in 2002.<sup>36</sup> With the acquisition of the Israeli Unmanned Aerial Vehicles (UAV) in 2002, maritime surveillance has further improved. These UAVs also proved useful to locate the Tsunami victims” (KHURANA, 2006, p. 173).

vem desenvolvendo a capacidade de autodefesa do arquipélago de AN. É razoável ressaltarmos que a evolução dos meios de defesa do ANC refletiu positivamente no combate às ameaças não-tradicionais, reduzindo consideravelmente suas ocorrências.

A comparação desse quinto preceito com a realidade nos proporcionou uma percepção complementar, que desafia o pensamento de Milan Vego, e que nos incentiva a compreender melhor a aplicação de sua teoria. Consiste na dificuldade, advinda do isolamento natural das ilhas oceânicas, de se fazer chegar reforços do continente em caso de ataques inimigos que possam bloquear o arquipélago. Por meio do relato de um episódio das campanhas navais do Almirante Nimitz<sup>37</sup>, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, Hugues (2000) relata essa situação:

Nas poucas vezes em que a oposição foi fraca e as perdas navais eram leves, Nimitz utilizou a mobilidade da Marinha para atacar de longas distâncias antes que os japoneses pudessem preparar uma resposta fortificada. Em segundo lugar, compensando o castigo de um ataque oposto, os defensores estavam isolados e não podiam ser reforçados. Assim, os navios da Marinha não corriam risco e suas bombas e fogo de artilharia foram cruciais para atenuar a resistência japonesa (HUGUES, 2000, p. 58, tradução nossa)<sup>38</sup>.

Embora exista uma vulnerabilidade relacionada ao isolamento geográfico das ilhas oceânicas, não se pode negar a consistência do quinto aspecto teórico de Milan Vego, tendo em vista que mesmo posições continentais enfrentam o risco de isolamento caso as ações táticas permitam. Verificamos assim que as evidências da realidade neste caso possuem aderência com a teoria também nesse quinto aspecto de Vego. Concluimos então que existe aderência entre a realidade e a teoria também nesse preceito.

Resta-nos analisar o último conceito teórico de Milan Vego que aborda a reduzida vulnerabilidade de ataques inimigos às ilhas de AN, marítimos ou aéreos, devido à proximidade aos Estados amigos do leste asiático.

Atualmente, o ANC serve como ponto centralizador para o engajamento indiano com as marinhas regionais no Sudeste Asiático. Como vimos, isso inclui patrulhas coordenadas com as Marinhas da Tailândia e da Indonésia, exercícios marítimos SIMBEX, com Singapura, e os

---

<sup>37</sup> O Almirante Chester W. Nimitz (1885-1966), Comandante da Esquadra norte-americana do Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial, foi um dos principais administradores e estrategistas navais da Marinha dos EUA (BRITANNICA, 2023c).

<sup>38</sup> No original: *"In the few times when the opposition was weak and Marine losses light, Nimitz used the navy's mobility to strike across vast distances before the Japanese could prepare a fortified response. Second, and offsetting the punishment to an opposed assault, the defenders were isolated and could not be reinforced. Thus, Navy ships were not at risk and their bombs and shellfire were crucial in attenuating Japanese resistance"* (HUGUES, 2000, p. 58).

exercícios navais multilaterais bienais MILAN, dentre outros (SMITH, 2014).

A interoperabilidade que vem sendo desenvolvida pela Marinha da Índia com as demais marinhas regionais contribui decisivamente para o incremento da capacidade de defesa mútua na região o que favorece a proteção das ilhas de AN. Vimos que a configuração geográfica do entorno do arquipélago não permite que as ilhas sejam alcançadas sem cruzar as águas jurisdicionais ou espaço aéreo dos Estados costeiros aliados à Índia. Essa característica fornece ainda uma defesa em profundidade indiana oriunda apenas das boas relações diplomáticas existentes com seus vizinhos.

Sendo assim, é possível identificarmos a correlação também desse fundamento, ou seja, de que a posição geográfica do arquipélago de AN, possuindo em seu entorno uma coalisão de Estados com boas relações com a Índia, incrementa a capacidade de defesa de ANC.

Dessa forma, com base na análise dos preceitos teóricos de Milan Vego acerca do aproveitamento das ilhas oceânicas, sob a perspectiva da Estratégia Naval, e nas evidências selecionadas, testamos os seis conceitos mais relevantes sobre o emprego do arquipélago de Andamão e Nicobar pela Marinha da Índia, desde 2001 (criação do Comando Conjunto de Andamão e Nicobar - ANC) até 2022. Ao constatarmos que todos os aspectos destacados estão presentes no caso indiano, foi possível encontrar aderência entre a realidade observada e os conceitos teóricos de Milan Vego.

## 5 CONCLUSÃO

No decorrer do processo de elaboração desta dissertação, buscamos investigar o emprego das ilhas oceânicas de Andamão e Nicobar sob a perspectiva da Estratégia Naval da Índia, no período compreendido entre 2001 e 2022. As estruturas militares desenvolvidas e empregadas pelo componente naval do Comando Conjunto de Andamão e Nicobar (*ANC-Andaman & Nicobar Command*), no período abordado, foram essenciais para o nosso estudo.

Fundamentamos a abordagem desenvolvida para atingir o propósito desse trabalho na aplicação dos preceitos teóricos do professor Milan Vego, os quais foram concebidos para o estudo do aproveitamento das ilhas oceânicas no contexto da Estratégia Naval. Essa base teórica possibilitou-nos avaliar o emprego do arquipélago de AN pela Marinha da Índia.

Sendo assim, para cumprir o objetivo definido nessa dissertação, utilizamos o desenho de pesquisa do confronto entre a teoria e a realidade, orientado pela seguinte questão de pesquisa: a utilização do arquipélago de AN pela Marinha da Índia, entre 2001 e 2022, reflete os preceitos teóricos de Vego sobre o papel das ilhas oceânicas na Estratégia Naval?

Inicialmente, no capítulo dois, buscamos esclarecer o conceito de Estratégia Naval para o professor Milan Vego. Nesse sentido, percebemos que a Estratégia Naval, dentro do campo mais amplo da Estratégia, deve preparar e empregar todos os meios para atingir os objetivos da Estratégia Militar. Esta, por sua vez, deverá estar alinhada com os objetivos traçados pelo Estado, ou seja, pela sua Estratégia Nacional.

Posteriormente, ainda nesse capítulo, nos debruçamos sobre os pressupostos teóricos relacionados ao emprego das ilhas oceânicas como meios da Estratégia Naval. Nesse sentido, realçamos primeiramente o valor estratégico dessas posições geográficas. Essa análise nos permitiu identificar algumas vantagens obtidas ao considerarmos a configuração da costa de um Estado durante o processo da Estratégia Naval, com ênfase nos pontos concernentes às suas ilhas oceânicas.

Dentro desse raciocínio, compreendemos que o valor estratégico de uma posição no mar é influenciado pela sua proximidade das rotas marítimas comerciais, mesmo que essas sejam apenas imaginárias, ou seja, sem limites físicos que impeçam o seu afastamento. Nesse contexto, ainda foi possível deduzir dos preceitos teóricos de Vego a possibilidade de utilização de uma posição avançada como meio de projeção de poder e defesa em profundidade.

Em seguida, ainda no capítulo teórico, aprofundamos o estudo da operação de bases militares a partir de ilhas oceânicas. Desse modo, foi possível notarmos a existência de algumas vantagens que podem ser aproveitadas para o incremento da segurança marítima. Assim, identificamos que a associação entre posição geográfica, forças militares estabelecidas e disponibilidade de recursos, principalmente espaço físico para a construção de infraestruturas navais, impacta diretamente no verdadeiro valor militar de uma posição insular. Isto posto, constatamos que para uma base militar ser instalada em uma ilha oceânica, algumas características naturais o local deverá possuir. A ausência de tais atributos pode tornar o projeto não factível de ser realizado e otimizado.

Por fim, no desfecho desse capítulo, foi possível organizarmos uma lista com seis conceitos teóricos essenciais de Milan Vego que nos possibilitaram a confrontação com as características observadas do emprego do arquipélago de AN pela Marinha da Índia, de 2001 a 2022.

Antes de aplicarmos esses conceitos teóricos, buscamos contextualizar, no capítulo 3, o ambiente operacional em que se encontra inserida a Marinha da Índia, bem como seus interesses e desafios. Com esse entendimento, descrevemos as principais características do emprego do grupo de ilhas de AN no quadro da Estratégia Naval da Índia, consideradas fundamentais para dar sequência a nossa pesquisa.

Nessa sequência de ideias, inicialmente buscamos apresentar as principais características geográficas do arquipélago de AN que lhe garantem um elevado valor estratégico como posição natural avançada. Também nos propusemos a apresentar, por meio de um breve histórico, a reprimida evolução das estruturas militares depositadas nas ilhas de AN, desde 1964 até a criação do ANC, em 2001. No entanto, restringindo-se ao escopo temporal deste trabalho, priorizamos analisar o desenvolvimento militar do componente naval do ANC de 2001 a 2022. Essa última análise nos permitiu identificar com maior precisão os principais elementos da utilização das ilhas de AN pela Marinha da Índia.

Conforme constatamos na Figura 11, é possível inferirmos que, no período abordado, a Marinha da Índia vem buscando distribuir suas bases navais e aeronavais ao longo da extensão geográfica norte-sul do arquipélago. Essa disposição proporciona uma maior zona de cobertura do entorno marítimo das ilhas. Nesse sentido, percebemos a localização da base aeronaval INS *Baaz* nas ilhas Nicobar, ao sul, e a INS *Kohassa* nas ilhas Andamão, ao norte.

Ao final da contextualização das evidências acerca do emprego das ilhas de AN pela

Estratégia Naval da Índia, destacamos o valor da combinação entre a posição geográfica e a estrutura militar instalada pelo ANC. Com base nessa combinação, é razoável atribuímos a alcunha de “porta-aviões inafundável” ao arquipélago de AN.

Finalmente, no capítulo 4, apoiados na análise dos fundamentos de Vego, aprofundamos o entendimento acerca do aproveitamento do arquipélago de AN pela Marinha da Índia, sob a perspectiva de sua Estratégia Naval. Com base nessa análise, foi possível observarmos a aderência entre os aspectos teóricos e as evidências observadas e, assim, atingir o propósito desse trabalho.

Por conseguinte, surge uma valiosa oportunidade para futuros estudos: a pesquisa sobre as potenciais medidas a serem implementadas pela Marinha do Brasil para otimizar o emprego das ilhas oceânicas brasileiras como meios de sua Estratégia Naval. Essa pesquisa abordaria os arquipélagos de Fernando de Noronha e de Trindade e Martim Vaz sob a perspectiva dos três elementos necessários para haver valor militar: posição geográfica, força militar instalada e recursos disponíveis.



## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. *A importância do Choke Point de Natal no Controle Aéreo e Naval do Atlântico Sul*. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, v. 23. n. 2, p. 511-534, mai/ago 2017.

BRASIL. Decreto nº. 99.165, de 12 de março de 1990. Promulga a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99165-12-marco-1990-328535-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24 mai. 2023.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves. *Delineamentos da Estratégia*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1982.

COLLIN, Koh Swee Lean. 'New normal' in the Indo-Pacific: Sino-Indian maritime security dilemma. In: MUKHERJEE, Anit and MOHAN, Raja (Ed.). *India's Naval Strategy and Asian Security*. Routledge. New York, NY: Routledge, 2016.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 776 p.

CSIS. Center for Strategic & International Studies. *Delhi continues strategic investment in the Indian Ocean*. 2022. Disponível em: <<https://amti.csis.org/delhi-continues-strategic-investment-in-the-indian-ocean/>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

DOD. *Dictionary of Military and Associated Terms*. Office of the Chairman of the Joint Chiefs of Staff. Washington DC: The Joint Staff. 2021.

DORAIBABU, M.; GODBOLE, Amrut Dilip. *A Decade Of Transformation: The Indian Navy 2011-2021: Signalling Power and Partnerships*. Gurugram: HarperCollins Publishers, 2023.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. *Sino-Indian War: 1962*. 2023a. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Sino-Indian-War>>. Acesso em 26 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. *Kargil War: India-Pakistan (1999)*. 2023b. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Kargil-War>>. Acesso em 26 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. *Chester W. Nimitz. United States Admiral*. 2023c. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Chester-W-Nimitz>>. Acesso em 15 jul. 2023.

FAO. *World food and Agriculture - Statistical Yearbook 2022*. Rome. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.4060/cc2211en>>. Acesso em 10 jun. 2023.

FARIA, João Afonso Prado Maia de. *A Consciência Situacional Marítima (CSM) e a Marinha do Brasil*. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 18, n.1, p. 213 - 229, jan. / Jun. 2012.

GHOSH, Priyanjoli. *India's Indian Ocean Region Strategy*. Digital. Only Commentary. Journal of Indo-Pacific Affairs. 2020.

HAMZAH B. A. *Alleviating China's Malacca Dilemma*. 2017. Disponível em: <<https://isdpc.eu/alleviating-chinas-malacca-dilemma/>>. Acesso em 13 jun. 2023.

HIRANANDANI, Gulab Mohanlal. *Transition to Triumph. History of the Indian Navy 1965-1975*. Director Personnel Services (DPS). Integrated Headquarters Ministry of Defence (Navy). New Delhi. 2012.

HUGUES, Wayne P. *Fleet Tactics and Coastal Combat*. 2. ed. 2000. Naval Institute Press. Annapolis. Maryland.

ÍNDIA. *India's Maritime Military Strategy: Ensuring Secure Seas*. New Delhi: Ministry of Defence (Navy), 2015a.

ÍNDIA. *India's Maritime Doctrine*. New Delhi: Ministry of Defence (Navy), 2009. 174 p.

ÍNDIA. *India's Navy. New Naval Air Station 'INS Baaz' commissioned by CNS*. Disponível em: <https://www.indiannavy.nic.in/content/new-naval-air-station-ins-baaz-commissioned-cns>. 2015b. Acesso em: 14 jun. 2023.

ÍNDIA. *India's Navy. INAS 325 Commissioning*. Disponível em: <<https://www.indiannavy.nic.in/content/inas-325-commissioning>. 2022>. Acesso em: 14 jun. 2023.

KAUL, Sanat. *Andaman and Nicobar Islands. India's Untapped Strategic Assets*. Pentagon Press. Institute for Defence Studies and Analyses. New Delhi. 2015.

KHURANA, G. S. *Shaping Security in India's Maritime East: Role of Andaman & Nicobar*. Strategic Analysis, Vol. 30, No. 1, Jan-Mar 2006. Institute for Defence Studies and Analyses.

KUMAR, Akhil. *Extended Range BrahMos Missile Test-Fired, Minister Says "Proud Moment"*. 2022. Disponível em: <<https://www.ndtv.com/india-news/watch-video-of-brahmos-extended-range-surface-to-surface-missile-test-in-andaman-2840701>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MAHAN, Alfred T. *Naval Strategy - compared and contrasted with the principles and practice of military operations on land*. Boston. Little, Brown, and Company. 1911.

MAHAN, Alfred T. *The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783*. New York: Dover. ed. Dover Publications. 1987. 557 p.

MIDDLEBROOK, Martin. *The Falklands War*. Casemate Publishers, 19 Apr. 2012.

MUKHERJEE, Anit. *The unsinkable aircraft carrier: the Andaman and Nicobar Command*. In:

MUKHERJEE, Anit and MOHAN, Raja (Ed.). *India's Naval Strategy and Asian Security*. Routledge. New York, NY: Routledge, 2016.

NIKOLA VAPTSAROV NAVAL ACADEMY. *Dr. Milan Vego JMO Professor US Naval War College Newport USA*. 2018. Disponível em: <<http://www.naval-acad.bg/en/about-us/honorary-professor-of-nvna/dr-milan-vego-jmo-professor-us-naval-war-college-newport-usa>>. Acesso em: 02 mai. 2023.

PANIKKAR, K. M. *India and the Indian Ocean: An Essay on the Influence of Sea Power on Indian History*. 2. ed. Índia. 1951.

PIMENTEL, Bruno Luis Ferreira. *A Estratégia Naval da China no Século XXI: uma tendência Mahaniana ou a adoção do conceito A2/AD?*. Dissertação. Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2022.

RAIKAR, Sanat Pai. ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. *Union Territory: Indian Government*. 2022. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/union-territory>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

RAJA, Pradeep. *The great wall of Andaman and Nicobar Islands - US INDOPACOM gateway to IOR*. Naval War College. 2019. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/AD1077930>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

REGIANI, Rafael. *Oceanopolítica da Índia: Uma peregrinação ao Mar*. Rev. Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro. v. 24, n. 1, p. 39-66. jan/abril. 2018.

ROY, PK and CAWASJI, Aspi. *Strategic Vision - 2030 Security and Development of Andaman & Nicobar Islands*. United Service Institution of India. New Delhi. 2017.

SINGH, Jyot Shikhar. *Increasing strategic importance of Andaman and Nicobar Islands*. 2021. Disponível em: <<https://www.cescube.com/vp-increasing-strategic-importance-of-andaman-and-nicobar-islands>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SINGH, Anup. *Blue Waters Ahoy! The Indian Navy 2001 - 2010*. HarperCollins Publishers India. 2018.

SMITH, Jeff M. *Andaman and Nicobar Islands: India's Strategic Outpost: Flight MH370 has put the spotlight on little known but strategically important territory*. 2014. Disponível em: <<https://thediomat.com/2014/03/andaman-and-nicobar-islands-indias-strategic-outpost>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SOJKA Gary L. *The Missions of the Indian Navy*. U.S. Naval War College Review, Newport, Rhode Island. Vol. 36, No. 1 (Jan-Feb 1983), p. 2-15, Jan./ Feb. 1983.

SOUZA, Shanthie Mariet. *"Narendra Modi"*. *Encyclopedia Britannica*. 2023. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Narendra-Modi>>. Acesso em: 24 jun. 2023.

VEGO, Milan. *Naval Strategy and Operations in Narrow Seas*. 2. ed. London, Frank Cass, 2003.

VEGO, Milan. *Maritime Strategy and Sea Control: Theory and Practice*. London, Routledge, 2016.

VÁZQUEZ, Daniel Day. Tradução de Marcos Vinícius da Silva Dantas Fernandes. *A rota da seda, o colar de pérolas e a competição pelo Índico (Parte 1/3)*. Revista de Geopolítica, v. 4, n. 2, p. 127-154. jul./dez. 2013.

## ANEXO A - FIGURAS

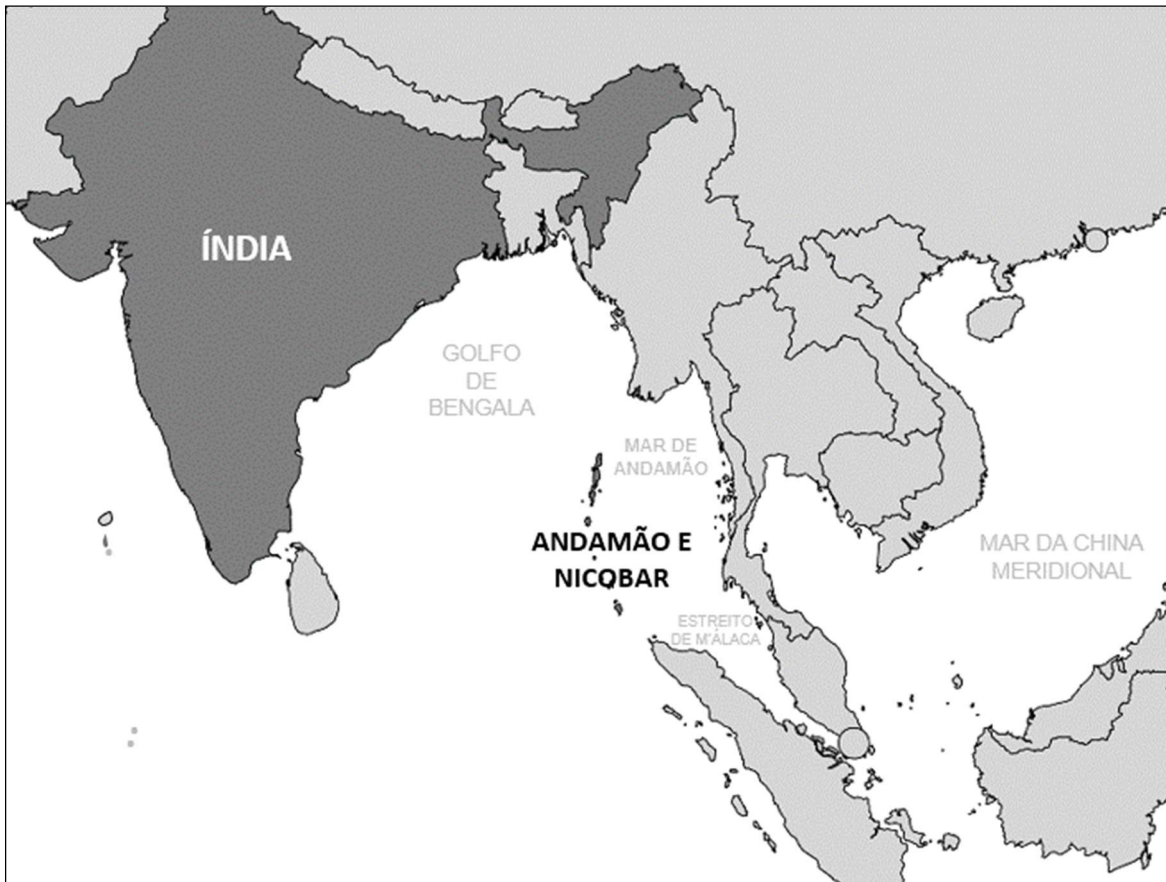


FIGURA 1 - Entorno geográfico do Arquipélago de Andamão e Nicobar.

Fonte: Elaborado pelo autor com o auxílio da plataforma *MapChart*. Disponível em: <<https://www.mapchart.net/asia.html>>.

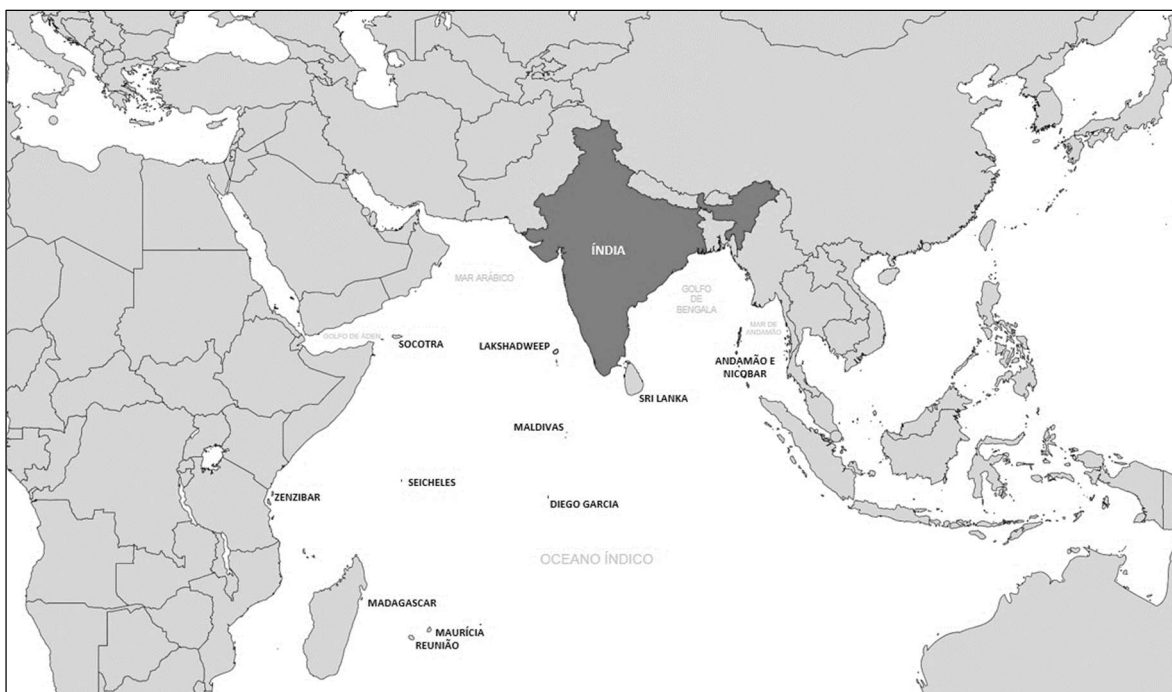


FIGURA 2 - Distribuição geográfica das ilhas oceânicas na Região do Oceano Índico.

Fonte: Elaborado pelo autor com o auxílio da plataforma *MapChart*. Disponível em: <<https://www.mapchart.net/asia.html>>.



FIGURA 3 - Estreito de Bab el Mandeb.

Fonte: U.S. Energy Information Administration, 2019. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=32452>>. Acesso em: 14 jun. 2023. Adaptado pelo Autor.



FIGURA 4 - Estreito de Málaca.

Fonte: U.S. Energy Information Administration, 2019. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=32452>>. Acesso em: 14 jun. 2023. Adaptado pelo Autor.



FIGURA 5 - Posição estratégica em relação ao estreito de Málaca.  
 Fonte: Elaborado pelo autor com o auxílio da plataforma *MapChart*. Disponível em: <<https://www.mapchart.net/asia.html>>.



FIGURA 6 - Áreas Marítimas de Interesse da Índia. Adaptado pelo autor.  
 Fonte: ÍNDIA, 2009, p. 34.



FIGURA 7 - As bases militares no Oceano Índico e o “Colar de Pérolas” da China.

Fonte: VÁZQUEZ; FERNANDES, 2013, p. 128.



FIGURA 8 - Posição geográfica do arquipélago de Andamão e Nicobar.

Fonte: Elaborado pelo autor com o auxílio da plataforma MapChart.

Disponível em: <<https://www.mapchart.net/asia.html>>.



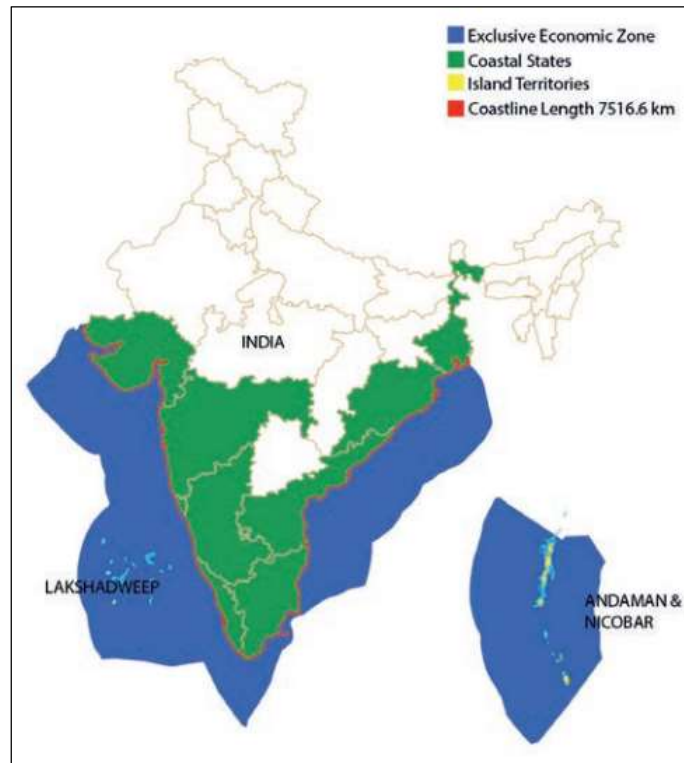


FIGURA 9 - Zona Econômica Exclusiva da Índia.  
 Fonte: DORAIBABU; GODBOLE, 2023, p. 163.

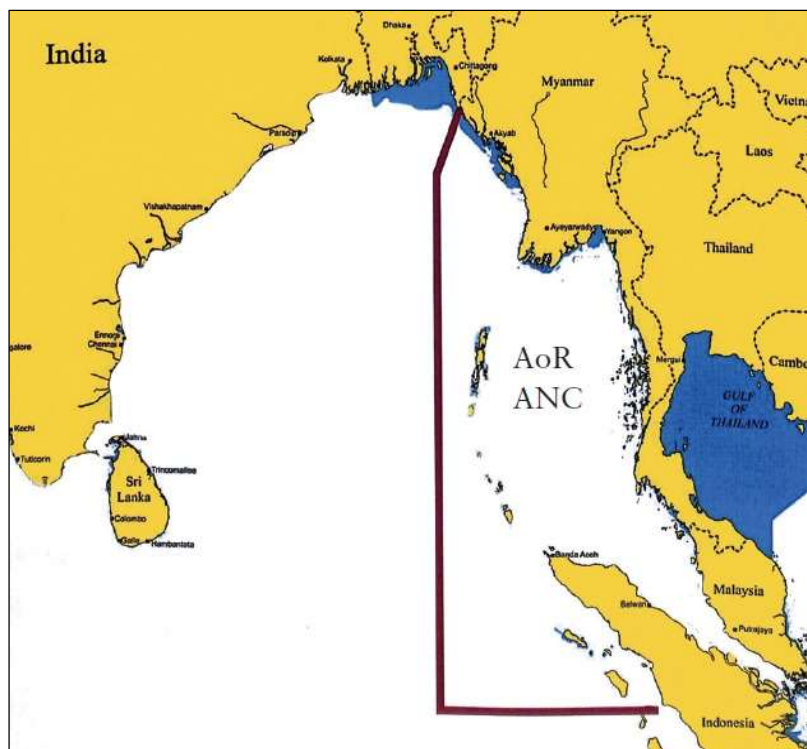


FIGURA 10 - Área de responsabilidade do ANC.  
 Fonte: SINGH, 2018, p. 302.

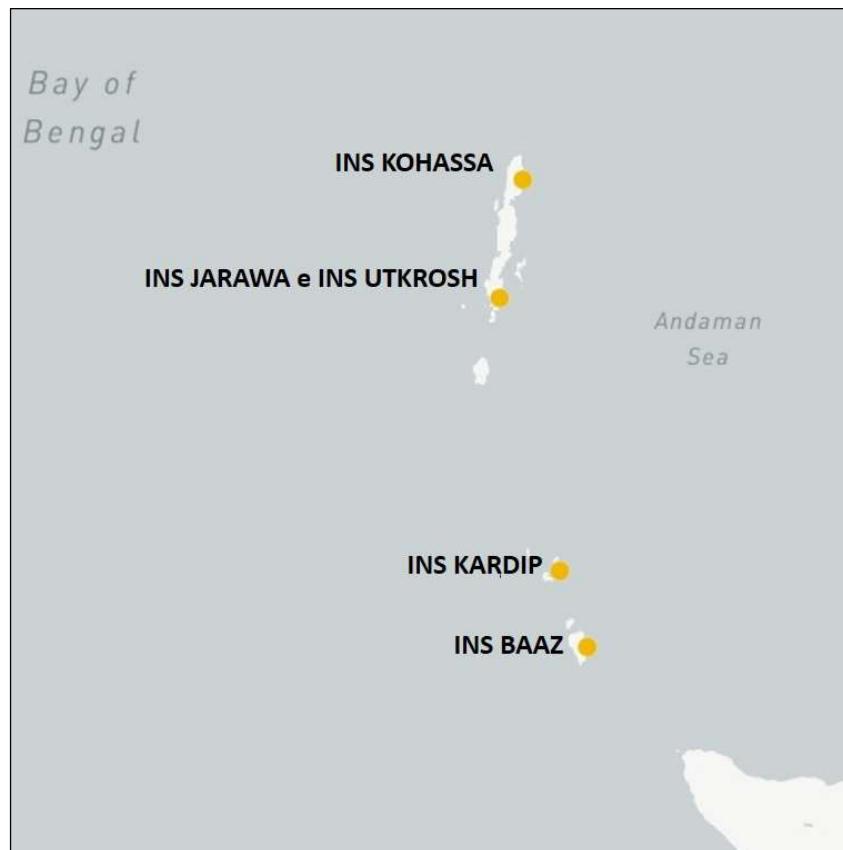


FIGURA 11 - Posicionamento das Bases Navais do ANC.  
Fonte: CSIS, 2022. Adaptado pelo autor.

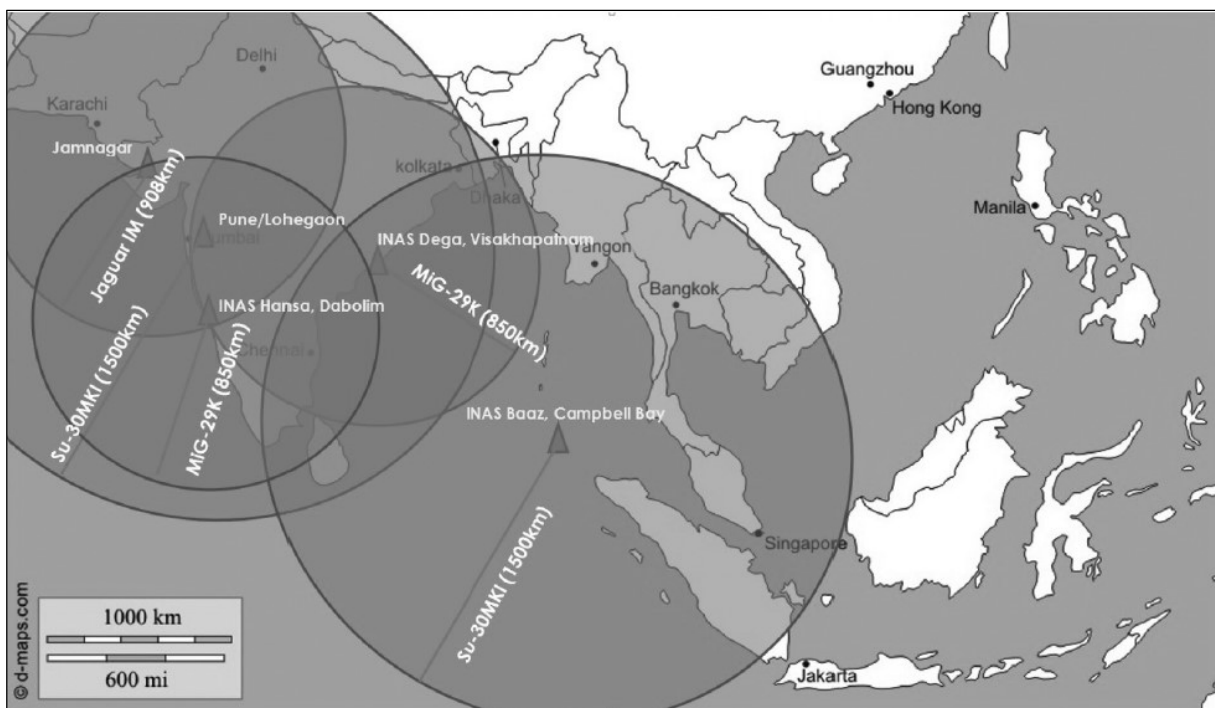


FIGURA 12 - Cobertura de Defesa Aérea da Índia na Região do Oceano Índico (ROI).  
Fonte: MUKHERJEE; MOHAN, 2016, p. 154.